

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA
DE 30 DE SETEMBRO DE 2014

N.º 5/2014

DIA: Trinta de setembro do ano de dois mil e catorze.-----

HORA: Dezanove horas e dez minutos.-----

LOCAL: Salão Nobre dos Paços do Concelho.-----

O PRESIDENTE: Eng.º Rui Manuel Martins de Almeida Leite (CDS/PP); -----

1º SECRETÁRIO: Susana Maria da Cruz Tavares Ferreira (CDS/PP); -----

2º SECRETÁRIO: Joaquim Orlando de Sousa Moreira de Paiva (CDS/PP),
designado para o efeito pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal; -----

- Enf.ª Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro (CDS/PP);-----

- José do Nascimento Peres (CDS/PP);-----

- Dr. José António Abrantes Soares de Almeida (CDS/PP);-----

- Pedro Nuno de Magalhães Ribeiro (CDS/PP);-----

- Carlos Dinis Correia Piedade, em substituição da Sra. Dra. Maria Silvina de
Almeida Sá Vale Pissarra (CDS/PP); -----

- Albano de Oliveira Braga (CDS/PP); -----

- Eduardo de Almeida Correia dos Santos, em substituição do Sr. Eng.º Jorge
Manuel dos Santos Silva (CDS/PP) e que chegou mais tarde, como
oportunamente se faz referência;-----

- Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho (PPD/PSD);-----

- Dr. António Fernando de Pina Marques (PPD/PSD);-----

- Serafim Rodrigues, em substituição da Sra. Dra. Rosa Anita Ferreira Teixeira da

2014.09.30

- Silva Conrado (PPD/PSD);-----
- Dr. Carlos Alberto de Sousa Matos (PPD/PSD);-----
 - Dra. Célia Maria dos Santos Tavares (PPD/PSD);-----
 - Dr. Reinaldo de Almeida Pinheiro (PPD/PSD);-----
 - Eng.º Filipe Pascoal da Silva Fernandes (PPD/PSD);-----
 - Mariana Cubal Fonseca Brandão (PPD/PSD); -----
 - Eng.º Afonso da Silva Almeida (PS); -----
 - Eng.º João Manuel Mateus Lameiras (PS), que chegou mais tarde, como oportunamente se faz referência;-----
 - Dra. Teresa Maria Moreira Gonçalves (PS); -----
 - PPD/PSD - Carlos Manuel Almeida Dias, Presidente da Junta de Freguesia de Arões;-----
 - PPD/PSD – Rogério Brandão dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos; -----
 - CDS/PP - Henrique Martins Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Junqueira;-----
 - PS - João Pedro Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra;-----
 - CDS/PP- António Luís Martins da Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Rôge;-----
 - CDS/PP – Abel de Pinho Soares, Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro de Castelões;-----
 - CDS/PP – Dr. Almerindo Tavares da Costa dos Santos, em representação do Sr. Presidente da Junta de Freguesia, União de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho;-----

Nos termos do disposto no artigo 48.º da Lei 169/99 de 18 de setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro e pela Lei número 75/2013, de 12

2014.09.30

de Setembro, encontra-se presente em representação da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Câmara, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva. Encontram-se ainda presentes os Vereadores em regime de permanência Dr. António Alberto Almeida de Matos Gomes, Eng.^a Maria Catarina Lopes Paiva e Dra. Daniela Sofia Paiva da Silva.-----

- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou os presentes das seguintes substituições:-----

- **o Sr. Eduardo de Almeida Correia dos Santos** participa na presente sessão em substituição do Sr. Eng.º Jorge Manuel dos Santos Silva;-----
- **o Sr. Serafim Rodrigues** participa na presente sessão em substituição da Sra. Dra. Rosa Anita Ferreira Teixeira da Silva Conrado;-----
- **o Sr. Carlos Dinis Correia Piedade**, após reconhecida a sua identidade e legitimidade, participa na presente sessão em substituição da Sra. Dra. Maria Silvina Almeida Sá Vale Pissarra, por impossibilidade do cidadão imediatamente a seguir na lista do Partido;-----
- **o Sr. Dr. Almerindo Tavares da Costa dos Santos**, participa na sessão em representação do Sr. Presidente da Junta União de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho;-----

O Senhor Presidente da Assembleia disponibilizou a correspondência recebida no período compreendido entre a última sessão (30 de junho) e a presente data. A Assembleia Municipal tomou conhecimento, ficando os documentos referidos arquivados em pasta própria.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal propôs o seguinte voto de pesar: “Quero apresentar a esta Assembleia Municipal um voto de pesar e um minuto de silêncio pelo falecimento no pretérito dia 21 de julho do Sr. Arlindo Tavares da Silva.-----

2014.09.30

O Sr. Arlindo Tavares da Silva é uma das figuras incontornáveis do desenvolvimento industrial de Vale de Cambra pelo seu empreendedorismo e gestão de empresas de renome na nossa terra e no estrangeiro.-----

O Sr. Arlindo Tavares da Silva foi um dirigente e próximo colaborador de várias coletividades do nosso Concelho e se me permitem evidenciar a Associação Desportiva Valecambrense de que foi seu Presidente na época 74/75.-----

O Sr. Arlindo Tavares da Silva foi Vereador substituto nesta Autarquia de 1972 a 1975, na presidência de Delmiro Henriques de Almeida.-----

O Sr. Arlindo Tavares da Silva é sogro do Eng.º Jorge Silva, 1.º Secretário da Mesa desta Assembleia.-----

Por tudo isto e por tudo o mais que se pode dizer do Sr. Arlindo Tavares da Silva ponho à votação este voto de pesar e minuto de silêncio.”-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e seis membros presentes, aprovar o voto de pesar e minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Arlindo Tavares da Silva e do mesmo dar conhecimento à sua Família.-----

Passou-se de imediato ao minuto de silêncio.-----

Neste momento, o Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho propôs um **voto de pesar** pelo falecimento do Sr. António Martins de Pinho, pelo trabalho que desenvolveu em prol da Comunidade e das Coletividades. “Era um homem bom”.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e seis membros presentes, aprovar o voto de pesar pelo falecimento do Sr. António Martins de Pinho e do mesmo dar conhecimento à sua Família.-----

- APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 30 DE JUNHO DE 2014:

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Eng.º Rui Manuel Martins de Almeida Leite, informou que chegaram à Mesa dois pedidos de correção de ata, do Sr. José Peres e do Sr. Dr. Manuel Augusto Carvalho.-----

2014.09.30

Não havendo mais correções a fazer, passou de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal aprovou a ata da sessão ordinária de trinta de junho de dois mil e catorze, com as devidas correções à proposta da ata, por maioria de vinte e cinco votos a favor, tendo absterido o Sr. Dr. Almerindo Tavares da Costa dos Santos por não ter estado presente na referida sessão.-----

Chegaram à sessão o Sr. Eng.º João Manuel Mateus Lameiras e o Sr. Eduardo de Almeida Correia dos Santos.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou a apresentar um projeto que a Assembleia Municipal está a desenvolver, denominado “Orgulho de Ser Cambrense”. Fazendo referência à página da internet do Município, que apresenta quer a Câmara quer a Assembleia, disse que se tal não for animado, é uma coisa morta. Assim, e no sentido de obter a colaboração de todos os presentes, proferiu a seguinte intervenção: “Venho através desta plataforma apresentar um projeto que pretendo implementar em parceria com a Câmara Municipal e com todas as comunidades ou todos os Cambrenses residentes na nossa terra ou espalhados pelo mundo.-----

Este projeto designa-se “Orgulho em ser Cambrense”.-----

Sempre interiorizei que a principal função do Presidente da Assembleia Municipal é ser o fator de união de todos os Cambrenses e estar atento e divulgar, alimentando neste “Orgulho em ser Cambrense”, as iniciativas de mérito levadas a cabo pelos nossos conterrâneos ou por todos aqueles que se integraram ou integram na nossa sociedade, através de laços profundos que criaram ou criam e que não tendo nascido cá, na sua vida são reconhecidos como Cambrenses.-----

Confrontamo-nos dia-a-dia com uma situação muito estranha. Se por um lado, quando presentes em certos “fóruns”, ouvimos histórias empolgantes de conterrâneos nossos, na nossa sociedade grassa o desconhecimento e o ostracismo de tais figuras e dos seus atos.-----

2014.09.30

As minhas funções reclamam uma atenção especial para a História da nossa terra e para os contributos de mérito, que a nível local ou no mundo, os nossos concidadãos vão dando.-----

Quanto mais vou conhecendo a História e as histórias, mais fascinado fico e o meu orgulho em ter nascido neste vale dispara e cria em mim um estado de alma que me obriga a partilhar a História com todos, na expectativa que possa ser motor de novas dinâmicas que contribuam para o crescimento, bem-estar e afirmação da nossa terra e das nossas gentes.-----

Neste sentido, quero criar pontes com todas as comunidades Cambrenses espalhadas pelo mundo, ou mesmo que não seja uma comunidade mas apenas um Cambrense, criar um sistema de comunicação para que possa ter conhecimento e possa divulgar os desempenhos meritórios levados a cabo e que alimentam e fazem crescer este nosso Orgulho. -----

Se estou interessado no que se passa fora de portas, não posso descurar, sendo mais fácil, o que se passa cá dentro e, por tal, esta situação também me merece uma particular atenção.-----

O apelo que quero lançar para este projeto é o de uma forte colaboração de todos, para que, dando a conhecer as coisas boas que a nossa gente faz, se liberte o espírito criador que emana da nossa terra e que os seus benefícios revertam a favor de todos os Cambrenses.-----

Conto com todos no “Orgulho em ser Cambrense”. -----

Acrescentou que já foi contactado, por uma questão de facilidade, o Sr. Comendador José Duarte que está no Brasil. A intenção é contactar com todas as comunidades onde existam Valecambrenses ou onde exista um Valecambrense para dar a conhecer situações de mérito que façam crescer o orgulho de ser Cambrense. Entende que este é um projeto de Vale de Cambra, portanto de todos, que não é para ser partidariado.-----

2014.09.30

À semelhança das iniciativas que têm sido levadas a cabo, convidou todos para a homenagem à Dra. Paula Coutinho que terá lugar aquando da próxima sessão da Assembleia Municipal. Informou que neste momento tem já critérios para a realização de um ato singular como este, os quais passou a apresentar: “Considerando o entendimento que tenho do papel que cabe ao Presidente da Assembleia Municipal no âmbito das suas competências institucionais, o que já deixei claramente expresso no meu manifesto eleitoral – que passa por um papel interventivo, em prol do desenvolvimento do concelho e do combate ao adormecimento da cultura das suas gentes e, do seu espírito empreendedor e inovador.-----

Considero que, o exercício destas minhas atribuições e competências tem de ser traduzido em operações materiais, que se vão desenvolver através de atos de agregação de todos os Cambrenses, de apelo a que se enalteçam os seus valores e se mantenha viva a chama da sua identidade.-----

Vai ser por mim promovida a realização de eventos que visam dar a conhecer os Cambrenses que pelas suas iniciativas e trabalhos meritórios desenvolvidos ao longo dos anos se destacam na nossa sociedade e no mundo.-----

No entanto, para concretizar este desiderato há que estabelecer critérios e princípios que afastem qualquer subjetividade e que permitam de forma inequívoca e equitativa mostrar aquelas iniciativas e trabalhos.-----

Assim, estabelece-se em primeiro lugar como critério para os referidos efeitos que estejam em causa pessoas naturais de Vale de Cambra ou que tenham laços profundos com Vale de Cambra.-----

Em segundo lugar que aqueles tenham ao longo da sua vida produzido/desenvolvido trabalho que se traduza em matéria didática e pedagógica suscetível de ser exposta no Museu Municipal ou em qualquer outro local elevado para o efeito.-----

2014.09.30

Sendo que sempre que esteja em causa mostra científica será solicitado um atestado do valor científico do trabalho apresentado.-----

Para dar cumprimento ao que acima fica dito, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 31.º do anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro irá ser solicitado ao Sr. Presidente da Câmara Municipal a constituição de um grupo de trabalho composto por um colaborador que preste serviço no Museu Municipal e dois colaboradores que prestem serviço na área cultural.”-----

Referiu ainda que os critérios apresentados são mais restritos do que aqueles para a atribuição da medalha de ouro da cidade. -----

Quis com esta definição de critérios, deixar tudo muito claro, quanto a matéria de subjetividade.-----

Na próxima assembleia no final de novembro, a ser realizada em Macieira de Cambra, será homenageada a Dra. Paula Coutinho, neurologista distinta deste concelho, e que é tão pouco conhecida entre os Valecambrenses. Está ainda a trabalhar para uma exposição com abertura prevista para o dia 25 de abril de 2015, da artista plástica Cambrense Gabriela Albergaria, cujas obras estão expostas no Centro de Arte Moderna da Gulbenkian, e que regularmente expõe nos Estados Unidos, na Alemanha e por esse mundo fora e que nunca fez uma exposição em Vale de Cambra.-----

Terminou referindo que quer dar a conhecer esta atividade que como Presidente da Assembleia está a desenvolver e apelou para que todos contribuam com as suas participações neste projeto. -----

No uso da palavra o Sr. Eng.º Afonso da Silva Almeida fez referência a uma intervenção proferida na passada sessão por um Membro da Assembleia, com influência na gestão da Câmara Municipal, que na altura referiu que a Câmara tinha uma retro escavadora para três divisões, e que a mesma passaria a

2014.09.30

depende de uma só divisão. Ficou com a ideia que pertencendo só a uma divisão iria trabalhar mais horas, mas provavelmente vai trabalhar as mesmas.-----

Louvou o Sr. Presidente da Câmara Municipal e o Executivo pela requalificação e melhoria do saneamento na Av. Camilo Tavares de Matos. Dá um aspeto agradável para quem passa. Faz votos de que como foi feito na zona centro, se lembrem do saneamento na zona de Fuste, Função e Rôge que pensa que nunca funcionou. O saneamento de Santa Cruz que está feito há cerca de oito anos também nunca funcionou. Referiu que o saneamento na zona de Janardo, S. Pedro de Castelões, embora funcione de inverno vai ter a um ribeiro e a natureza encarrega-se de resolver o problema, mas no pico do verão não se aguenta o cheiro. Sugere que estas situações sejam também equacionadas porque grande parte do investimento está feito, falta apenas concluir. Em Arões foram proferidas palavras muito elogiosas, simpáticas, mas a verdade é que a desertificação do interior continua. No seu entender a falta de apoio à saúde, a falta de saneamento e a falta de outras condições são as principais causas da desertificação. Aqui em baixo temos um conjunto de benesses que lá em cima não têm e depois vêm para baixo à procura de melhor. Espera que haja investimento em saneamento por forma a chegar a estes locais.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, após cumprimentar os presentes, proferiu a seguinte intervenção: “Faz agora um ano que nos apresentamos a sufrágio dos Valecambrenses com a seguinte tónica: Rigor, transparência, inovação e qualidade.-----
Não vou fazer um relato exaustivo de tudo o que foi feito, não quero nem posso deixar de tecer algumas considerações sobre os principais planos da Governação.-----

Ao nível do rigor:-----

2014.09.30

Herdamos uma situação financeira complexa, cujos valores da dívida ainda não estão totalmente apurados. Um dos principais compromissos que assumimos perante os Cambrenses foi a realização de uma auditoria financeira ao Município. Era nossa intenção que a mesma, hoje e aqui, fosse apresentada. O mesmo não é possível devido ao facto de ainda no final da semana passada termos recebido faturas sem qualquer tipo de suporte legal no valor aproximadamente de 400 mil euros. Faturas estas anteriores à nossa tomada de posse. A situação financeira do município limitou o assumir de novos compromissos, alguns dos quais até muito urgentes e ameaçava colocar Vale de Cambra à margem do próximo quadro Comunitário. Somente com austeridade interna, rigor orçamental, melhoria da eficiência dos serviços operacionais foi possível ultrapassar a generalidade dos obstáculos com que nos deparamos.-----

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores membros da Assembleia, Senhores Vereadores, Valecambrenses,-----

É com satisfação que hoje aqui vos anuncio que, ao fim de cerca de onze meses o executivo municipal que eu lidero, foi capaz de reduzir a dívida do Município à data em cerca de 3,5 milhões de euros. Mais ainda e no mesmo período, este executivo pagou cerca de 7 milhões de euros de compromissos herdados do executivo anterior. O pagamento da dívida, ao contrário do que está a acontecer a nível nacional, deveu-se ao rigor interno, à redução de custos, à redução de investimentos sem pôr em causa o normal funcionamento do Município.-----

A nossa prioridade será sempre honrar os compromissos assumidos independentemente do Executivo que os assumiu, só assim Vale de Cambra poderá recuperar a credibilidade junto dos fornecedores. Pese embora as dificuldades financeiras do município e da pesada dívida, Vale de Cambra foi um dos poucos municípios que não aumentou o preço da água. Ao nível da derrama, com a redução da taxa de IRC existirá uma redução dos valores a pagar pelas

2014.09.30

empresas. Ao nível do IRS mantivemos a redução de 1% a favor das famílias que representa cerca de 100 mil euros injetados na economia local. Ao nível do IMI, Vale de Cambra assume-se como um concelho atrativo sob o ponto de vista fiscal pois a percentagem cobrada é inferior à média dos concelhos vizinhos. Não aumentamos os impostos mas tudo faremos para consolidar as contas do Município de forma a permitir a médio prazo a redução dos impostos sobre as famílias e as empresas. O rigor foi a palavra de ordem! Contra números não há argumentos!-----

Ao nível da transparência:-----

A informação da atividade municipal prestada aos membros da Assembleia Municipal e à oposição, deixou de ser transcrita numa simples folha A4 e passou a ser exaustiva, rigorosa e esclarecedora. Orgulhamo-nos da própria oposição, através do Sr. Prof. Pina Marques reconhecer a evolução qualitativa alcançada. Transparência às questões colocadas pela oposição, as respostas foram dadas com rigor, exatidão e rapidez possível. Contra factos não há argumentos. -----

Ao nível da inovação e qualidade:-----

Reformamos os serviços técnicos do município de forma a prepará-los, organiza-los, adapta-los e a motiva-los para o desafio do Portugal 2020. Os operacionais do Município têm sido verdadeiros heróis pelo seu empenho e dedicação. Confrontados com falta de equipamento mecânico e com os escassos recursos financeiros não se têm negado a esforços e são verdadeiros exemplos na forma como estão a cumprir com a sua missão.-----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhoras e Senhores membros da Assembleia Municipal, Senhoras e Senhores Vereadores, Valecambrenses,-----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal permita-me que antes de terminar este curto balanço de onze meses de atividade lhe transmita o sentimento dos Valecambrenses, pois estes sentem enorme orgulho no seu Presidente e equipa

que o acompanha pelo seu empenho, motivação, inovação e descentralização e acima de tudo, pelo enorme orgulho que é ser Valecambrense.-----

O seu desígnio é criar o sentimento e o orgulho em ser Valecambrense, pois bem, eu também partilho desse mesmo orgulho.”-----

Antes de terminar esta sua primeira intervenção referiu ainda cinco notas breves, relativas à atualidade:-----

1 – Referindo-se à obra da Avenida Camilo Tavares de Matos e requalificação da Rua das Flores que está na mesma empreitada, disse que tem havido nos últimos dias e depois de ter sido feita a pintura dos estacionamento alguma contestação quanto à exiguidade dos lugares, opinião que também partilha. Houve cumprimento integral do projeto, 5 metros do espaço de estacionamento, lamenta que seja essa a dimensão. Contudo a obra está quase concluída e ficou relativamente bem feita. O centro da cidade ficou com alguma dignidade. -----

2 – Quanto à notícia publicada sobre a qualidade da água, referindo que Vale de Cambra estava nos piores lugares nacionais, o que não corresponde à verdade. Referiu existirem indicadores que nos podem falsear. Socorrendo-se de um gráfico, referiu que a água da rede tem 99,58% de cumprimento, a água fornecida nas escola apresenta 100% de cumprimento. Já quanto aos fontanários apresenta 90,48%, aqui sim há necessidade de melhorar. Exatamente para ultrapassar esse problema, os serviços da Câmara Municipal estão a proceder à instalação de dois sistemas de tratamento na freguesia de Arões, um na Lomba e outro na Agualva para minorar este problema com o controlo da qualidade da água dos fontanários. A água de Vale de Cambra é de qualidade. Informou que instituiu que nas reuniões da Câmara fosse consumida água da rede, hoje também estão a consumir água da rede. Este é o sinal mais claro que a água da rede é de qualidade.-----

2014.09.30

3 – Sobre a questão dos madeireiros e a utilização indevida de caminhos florestais e bermas de estrada, referiu que foi articulado um procedimento entre as Juntas de Freguesia, o GIPS e a Câmara Municipal. Numa reunião havida do Conselho Municipal de Segurança foi expressamente solicitado às Juntas de Freguesia e aos Serviços da Câmara Municipal que reportem estas situações ao GIPS, uma vez que não assiste o direito aos madeireiros, sejam eles quem forem, ou de onde forem, de danificarem aquilo que são os caminhos florestais.-----
Informou que estão empenhados na elaboração de um regulamento de ocupação da via pública e de regulamentação desta matéria, dada a degradação constante das vias municipais de acesso à floresta.-----

4 – Relativamente ao Tribunal Judicial, referiu que esta é mais uma situação herdada e uma teimosia do Ministério da Justiça no fecho de um juízo do Tribunal de Vale de Cambra desaproveitamento de instalação que custaram tanto a construir com um enorme esforço financeiro. Todos têm de estar solidários e continuar a fazer a pressão possível no sentido de reverter aquilo que parece muito difícil de reverter. Informou que recentemente enviou à Senhora Ministra uma missiva a solicitar a instalação de um juízo de execução, da qual se deu nota a Sua Excelência o Primeiro-Ministro, a Sua Excelência o Vice-Primeiro-Ministro, a Sua Excelência o Presidente da República, aos Senhores cabeças de lista dos Partidos do Distrito de Aveiro, aos Senhores cabeças de lista ao Parlamento Europeu e demais Entidades ligadas à Justiça. Alguns deram já um feedback dessa exposição, estranha contudo que o PSD e o PS não se tenham pronunciado até ao momento. Solicitou às bancadas do PSD e do PS que junto das suas estruturas políticas façam pressão no sentido de ver revertida esta situação lesiva para os Valecambrenses e para todo o Concelho.-----

Por fim, falou do Posto médico de Arões/Junqueira, questão referida pelo Sr. Eng.º Afonso. Com a reforma do Médico que lá prestava serviço criou-se um vazio ao

2014.09.30

nível dos cuidados de saúde das duas freguesias. De imediato tentaram resolver o problema junto da ARS-N, foi prometida a abertura de um procedimento, do qual resultou a colocação de um médico, que entretanto pediu a rescisão da função pública, ficando de novo um vazio. Para minorar os danos às populações foi colocado um médico em regime de contratação, recorrendo-se a uma empresa prestadora de serviços, estando o mesmo de momento a prestar os serviços de saúde possíveis. No seguimento de uma missiva enviada pela Freguesia de Arões, subscrita pela Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia e instituições da freguesia no sentido de mostrar a sua preocupação. Ato contínuo pediu reuniões ao ACES e ao Diretor da ARSN. O ACES já respondeu, a ARSN ainda não demonstrou intenção de reunir. A Câmara continuará a manter pressão junto da ARS para arranjar uma solução que sirva os interesses da população.-----

No uso da palavra o Sr. Dr. António Fernando de Pina Marques apresentou a seguinte **Moção sobre a abertura e funcionamento da Unidade de Cuidados Continuados Integrados de Vale de Cambra**, em nome dos Membros da Bancada do PSD: “Ao longo de várias décadas a população de Vale de Cambra, através dos seus legítimos representantes, vem reclamando o funcionamento dos equipamentos de saúde instalados no concelho, na tutela do Ministério da Saúde, de onde se destaca o Centro de Saúde com as instalações conexas afetas à Unidade de Cuidados Continuados Integrados.-----

O Centro de Saúde, com a sua área de internamento de 32 camas, foi inaugurado em 1985 pelo então Primeiro-Ministro, Dr. Mário Soares e Ministro da Saúde entre várias outras personalidades.-----

Em novembro de 1994 teve a visita do Primeiro-Ministro, Professor Cavaco Silva, do Ministro e Secretário de Estado da Saúde, para além de vários membros do governo e outras personalidades. Na sequência desta visita, a instalações foram sujeitas a obras de beneficiação e reparações gerais, tendo sido construído o

2014.09.30

pavilhão para serviço de ambulatório, centro de diagnóstico, consultas externas e fisioterapia, nomeadamente.-----

Em 20 de maio de 2003, as obras do pavilhão referido foram inauguradas pelo Primeiro-Ministro, Dr. Durão Barroso, com a presença do Ministro da Saúde, Secretário de Estado da Saúde, outros membros do governo e várias personalidades e, finalmente, teve lugar a abertura da área de internamento, decorridos 18 anos da sua construção, com 32 camas em Cuidados Continuados, sob gestão do Hospital de São João da Madeira.-----

Em 2010, a área de internamento e instalações conexas foram objeto de uma profunda remodelação, pelo Ministério da Saúde, para a sua integração na rede nacional de cuidados continuados integrados, com a capacidade de 30 camas.-----

Em 25 de fevereiro de 2011 foi publicado o Despacho n.º 3730/2011 que determinou a integração da UCCI de Vale de Cambra na RNCCI, como unidade de longa duração, atribuindo a sua gestão à Santa Casa da Misericórdia de Vale de Cambra, referindo os valores inscritos em OE, para a sua entrada em funcionamento.-----

Em 25 de julho de 2013 foi publicado o Despacho nº 9846-A/2013, que autoriza a ARS, I.P. e o ISS, I.P. a assumir os compromissos plurianuais no âmbito dos contratos-programa a celebrar com as entidades integradas na RNCCI, onde se inclui a UCCI de Vale de Cambra.-----

Em 12 de setembro de 2013 foi assinado um contrato-promessa de arrendamento das instalações da UCCI entre a ARS Norte e a Santa Casa da Misericórdia de Vale de Cambra, com a presença do Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, Dr. Fernando Leal da Costa.-----

Em finais de março o Sr. Presidente da ARS Norte, através da sua secretaria, telefonicamente, marcou para Vale de Cambra a assinatura do Contrato de Arrendamento da UCCI, no dia 4 de abril de 2014.-----

2014.09.30

Não foi efetuada a celebração do contrato por não ter comparecido o legal representante da entidade locadora.-----

Dado o significado e alcance do referido contrato, a Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, o qual acabaria por referir informalmente que a ausência do locador se deveria a uma deslocação do Sr. Presidente da ARS Norte ao Ministério da Saúde.-----

Desde esse dia 4 de abril, data programada para a outorga do contrato e até hoje, não foram dadas quaisquer explicações para a ausência da entidade locadora, apesar das recorrentes tentativas por parte da entidade arrendatária.-----

Contudo, entre o dia 14 de março e final de junho de 2014, decorreram obras de requalificação de alguns espaços e áreas técnicas da UCCI de Vale de Cambra, através dos serviços da ARSN.-----

Após a assinatura do contrato-promessa de arrendamento a Santa Casa da Misericórdia assumiu diversos compromissos, programou várias atividades e ações atinentes à abertura e funcionamento da UCCI, dos quais se destacam: ----

A Formação Contínua de Pessoal Técnico, entre 6 de dezembro de 2013 e 8 de fevereiro de 2014. Alguns destes profissionais têm vindo a rejeitar outras oportunidades de trabalho na expectativa de se integrarem na unidade para que receberam formação, tendo alguns deles sido também formadores.-----

Situação idêntica vive o Pessoal Auxiliar que recebeu a Formação Contínua entre 10 de fevereiro e 14 de março de 2014.-----

Em abril a Santa Casa adquiriu equipamentos e têxteis diversos para instalar na unidade, desde televisores para todos os quartos e áreas de espera e lazer, roupas de cama e atoalhados com a identificação da UCCI de Vale de Cambra, fardamento para os funcionários, chaveiros e etiquetas, entre outros, que se encontram armazenados a aguardar a entrega definitiva das instalações.-----

2014.09.30

Depois dos mais altos representantes do poder executivo em Portugal, os Primeiros-ministros, Ministros e Secretários de Estado enunciados, se terem empenhado numa solução que resulte num bom e adequado aproveitamento daquele equipamento público de saúde onde foram feitos elevados investimentos, e que tanta falta faz à nossa população, seria expectável que nesta data a UCCI de Vale de Cambra estivesse a funcionar em condições de sustentabilidade para corresponder à utilidade para que foi projetada. -----

Considerando o exposto e a demora da entrada em funcionamento da UCCI, a Assembleia Municipal reclama e exige que se desenvolvam urgentemente as diligências necessárias à celebração do contrato definitivo de arrendamento, na sequência do contrato-promessa, que permitirá à entidade gestora diligenciar a instalação dos equipamentos em falta e todos os serviços atinentes à abertura e funcionamento da UCCI. -----

A falta desta unidade para a população desta região e em especial de Vale de Cambra cujos cidadãos se vêm obrigados a recorrer a unidades que se situam a centenas de quilómetros com transtornos e custos elevados, e muitas vezes inoportáveis, que isso acarreta aos próprios e seus familiares...-----

O contributo de Vale de Cambra para o PIB nacional, fruto da capacidade dos seus empresários e trabalhadores, requer e merece, o reconhecimento e a justa retribuição na área da saúde pública, das entidades responsáveis, nomeadamente do Ministério da Saúde e da ARS Norte.-----

A presente moção, a ser aprovada, deve ser enviada a Suas Excelências o Primeiro-Ministro, Ministro da Saúde, Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, Presidente da República, Ministro da Solidariedade e Segurança Social, Secretário de Estado da Solidariedade e da Segurança Social, Comissão Parlamentar da Saúde e à Administração Regional da Saúde do Norte.”-----

2014.09.30

O Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho sobre a intervenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal relativa aos onze meses passados, referiu que as dificuldades que este encontrou todos os executivos enfrentaram depois do 25 de abril. Há problemas e há heranças e toda a gente fez exatamente aquilo que o Presidente deste Executivo está a fazer e deve fazer – resolver, porque os eleitos locais foram eleitos para esse fim, para transformar dificuldades em soluções e promover o desenvolvimento do Município. Por fim, desejou ao Sr. Presidente e ao Executivo sorte no desenvolvimento do Município.-----

Interveio o Sr. Eng.º João Manuel Mateus Lameiras referindo que da intervenção do Sr. Presidente da Câmara sobressaiu algo que o deixou preocupado, que foi o aparecimento de mais faturas no valor de 400mil euros. Esta situação deixou-o deveras preocupado pois um ano depois do anterior executivo cessar funções como é possível ainda existirem faturas que não estão contabilizadas.-----

Perguntou se as obras tinham nota de encomenda, se foram realizadas, se foram fiscalizadas, se estavam bem executadas, se foram ajustes diretos ou concursos públicos. Referiu ainda que deveriam ser criados incentivos para que os agricultores do concelho vendam os seus produtos na Feira Quinzenal por forma a dinamizar a própria economia local. Os incentivos poderiam passar pela divulgação dos respetivos produtos junto da população e economia local e pela isenção de taxas. -----

No uso da palavra o Sr. José António Abrantes Soares de Almeida referiu partilhar das preocupações manifestadas pelo Sr. Dr. Pina Marques e associar-se à exigência que faz. Por várias vezes foi quase anunciada a abertura desta valência de grande utilidade para a população de Vale de Cambra e outras. Entende que devem exigir a sua abertura o mais rápido possível. O Sr. Dr. Pina

2014.09.30

Marques apresentou um fundamento que entronca com o que foi dito também para os serviços médicos para as freguesias de Arões e Junqueira, que tem a ver com a criação de valor e o contributo para a economia nacional, o que ajuda a que uma moção como esta possa ter acolhimento. Mas tal se calhar até era desnecessário porque também são cidadãos deste País, também pagam impostos, sendo que aqueles da zona urbana pagam mais, os de Arões e de Junqueira pagam menos. Todos têm os mesmos direitos, logo se têm direitos podem exigi-los, sendo que os cuidados de saúde são necessidades básicas. Ainda que a Câmara Municipal possa criar incentivos para que os médicos se possam deslocar a Arões e Junqueira, devem exigir que os serviços de saúde sejam prestado sem necessitar de qualquer incentivo, tal como qualquer cidadão deste País que tem esse direito.-----

No uso da palavra o Sr. Dr. Carlos Alberto Sousa Matos proferiu a seguinte intervenção, conforme entregue por escrito: “Estamos no início do Outono, tempo de colheitas, vindimas mas também marca o tempo da abertura do ano escolar, do regresso às aulas.-----

Assim, aproveito este momento para saudar todos os intervenientes no processo: aos professores que trabalham nas escolas do nosso agrupamento damos as boas vindas como também depositamos total confiança no seu trabalho, na transmissão de conhecimentos e de valores indispensáveis para o desenvolvimento integral dos nossos alunos. Que lhes despertem o gosto pelo saber, pelo conhecimento.-----

Aos pais, parceiros determinantes no processo, que sejam modelos para apontar caminhos, traçar limites e sustentar valores. Que acompanhem com a serenidade inteligente o crescimento dos seus educandos, em família. Que sejam, por isso, pais presentes na vida da escola e que incentivem todos os menos presentes a participar na vida escolar.-----

2014.09.30

Aos alunos. Desafio-os a dedicarem-se com empenho e desenvolvam o gosto pelo saber, para a excelência, para o mérito, tendo em vista o seu desenvolvimento integral, tornando-se cidadão responsáveis, colaboradores de uma sociedade mais solidária, mais respeitadora, mais justa, mais honesta e mais verdadeira. Que entendam, por isso, a responsabilidade que têm uns para com os outros, o bem comum, a felicidade de todos.-----

Que compreendam que todos e cada um são determinantes e úteis para a sociedade. Pois, vão ter uma tarefa importante: resolver os seus próprios problemas tal como aqueles que vão herdar, resultantes de políticos irresponsáveis.-----

Também importante no processo de ensino-aprendizagem, o espaço físico. Os alunos de Vale de Cambra, vivem uma situação de profunda injustiça. Em todos os concelhos vizinhos existem escolas que sofreram intervenções, ultimamente recomeçaram as obras na escola Soares Bastos, em Oliveira de Azeméis. Posto isto, pergunto à Câmara Municipal como corre a abertura do ano escolar? O que tem feito sobre a conclusão das obras da escola?-----

Proponho a esta Assembleia uma tomada de posição forte, determinada a enviar ao Ministério da Cultura e Ciência e à Parque Escolar denunciando esta injustiça e pressionar a sua conclusão.-----

Por falar em obras, quero perguntar à Câmara Municipal se as obras do Centro Escolar de Macieira de Cambra – EB2 do Búzio já terminaram? É que passei esta manhã junto da mesma e ainda decorriam obras, nomeadamente no polidesportivo como também não tem gradeamento.-----

Quanto ao médico e serviço de enfermagem em Arões e Junqueira, quero lembrar a preocupação do CDS, que vem já do mandato anterior e também já deste, com os alunos de medicina e médicos de Vale de Cambra. Este é o momento e a hora de essa preocupação passar à prática!-----

2014.09.30

Em relação à Intervenção feita na Avenida Tavares de Matos, o Sr. Presidente disse que ficou relativamente bem feita. Quero perguntar ao Sr. Presidente de Câmara o que ficou mal feito.-----

No que diz respeito às faturas que apareceram ultimamente na Câmara, penso ser importante apresentá-las. Contudo, acho que as mesmas se referem a obras que das quais todos os Valecambrenses saíram enriquecidos e beneficiados. -----
Termino afirmando o seguinte: todos os grandes homens apaixonados pela causa pública, e que por isso marcaram a história da humanidade, dos problemas fizeram desafios.”-----

No uso da palavra o Sr. Dr. Almerindo Tavares da Costa dos Santos, após cumprimentar os presentes, agradeceu ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal a disponibilização das atas das sessões no site. No anterior mandato proferiu várias intervenções quanto à falta de informação no que se refere à disponibilização das mesmas no site, agora já estão, embora um pouco atrasadas. Agora podem ser lidas pelos Valecambrenses espalhadas pelo mundo. Acrescentou que a obra de alargamento da rua Rossio/Pena em Vila Cova de Perrinho, era a grande obra do mandato 2005/2009, passou a ser a grande obra para o mandato de 2009/2013, mas ficou na gaveta dos anteriores executivos camarários. Há os que prometem e não cumprem e há os que prometem e cumprem. O atual Executivo prometeu e recentemente já se iniciou a obra. Agradeceu ao Presidente da Câmara e Vereadores em nome da população de Vila Cova de Perrinho e em seu nome pessoal.-----

Referiu que têm sido feitas muitas obras na União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, havendo para o efeito uma parceria com a Câmara Municipal disponibilizando esta pessoal (mão-de-obra), nomeadamente pedreiros e trolhas, disponibilizando por sua vez a União das Freguesias o material. Deve ser um exemplo a seguir pelas restantes freguesias do concelho.

2014.09.30

Agradeceu esta disponibilidade em nome das freguesias que fazem parte desta União de Freguesias.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal referiu que uma auditoria não pode ser levada de ânimo leve. É uma ferramenta de gestão em qualquer empresa. Seria bom que as auditorias no caso do erário público fossem controladas pela assembleia, contudo a Assembleia não tem orçamento para o efeito. Disse ficar perplexo quando se banalizam instrumentos fundamentais de gestão. Deve ser feito tudo para que estes instrumentos funcionem e bem, deve exigir-se mesmo que funcionem. Ficaria contente se a próxima Câmara que vier, seja esta ou outra, fizesse uma auditoria com vista à transparência para com o cidadão Valecambrense. Deve olhar-se para a auditoria com uma naturalidade muito grande, não pode ser olhado como um papão, ou que vai destroçar o que quer que seja. Elevou esse instrumento agora e para o futuro.-----

O Sr. Presidente da Câmara, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva começou por referir, em relação à intervenção do Sr. Eng.º Afonso Almeida, que no decorrer desta Assembleia teve informação de que o saneamento em Função e Rôge está a funcionar, bem como em Santa Cruz. Em relação a Fuste não tem informação. No lugar de Janardo está a funcionar, contudo não foi construído pela Câmara Municipal. Oportunamente dará uma informação mais cabal sobre este assunto. Referiu subscrever algumas das considerações pertinentes proferidas pelo Sr. Eng.º Afonso.-----

Quanto à intervenção do Sr. Dr. Manuel Augusto Carvalho referiu que é bom pensarem pensar no futuro, assim desejam, mas é preciso ter um ponto de partida, conhecer as linhas por onde se coser e depois partir daí.-----

Ao Sr. Eng.º João Lameiras disse que a questão do valor dos produtores é um desafio, é já uma questão que está a ser equacionada há algum tempo no sentido da criação de condições para a produção agrícola, designadamente para a

2014.09.30

possibilidade de instalação de estufas. O PDM é muito restritivo quanto a essa matéria, e há uma série de pedidos que devem ser contemplados portanto estão a trabalhar nessa matéria, até porque o novo Quadro Comunitário tem uma componente agrícola muito forte, para a fixação das pessoas no território. Naturalmente terão de ter ferramentas que permitam essa fixação, ferramentas que terão de funcionar a montante e a juzante. Estão já a trabalhar nesse sentido. Quanto à questão das faturas não quis tecer considerações, uma vez que oportunamente fornecerá informações. Acrescentou que tal como disse o Sr. Presidente da Assembleia uma auditoria é um instrumento de gestão fundamental para conhecer a realidade do município.-----

Ao Sr. Dr. Carlos Matos disse não ter compreendido uma ou duas questões que colocou sobre o ano escolar, mas afirmou que o início do ano escolar decorreu bem, acrescentando que as obras estão em fase de conclusão.-----

Quanto às obras na Av. Camilo Tavares de Matos disse ter referido objetivamente o que correu menos bem, que foi a dimensão dos lugares de estacionamento. Em relação às demais questões foi uma obra pacífica. Em nome da Câmara Municipal agradeceu a todos os comerciantes pela compreensão, paciência e espírito colaborativo. Rendeu homenagem aos comerciantes pelo seu comportamento ao longo do decurso das obras.-----

Quanto às perguntas que fez sobre as faturas repetiu o que já havia dito ao Sr. Eng.º Lameiras.-----

Em relação à intervenção do Dr. Almerindo Santos, agradeceu as suas palavras. Essa é a sua forma de estar - o que promete tem de cumprir. Agradeceu a todos os Presidentes de Junta pela extraordinária colaboração. Referiu que tem havido um excelente relacionamento com todos os Presidentes de Junta, independentemente do seu partido. Há de facto um bom entendimento e um grande espírito de colaboração. Já no início do mandato havia dito que as Juntas

2014.09.30

de Freguesia seriam todas iguais, não haveria para umas tratamento de primeira e para outras tratamento de segunda. Vai continuar a ter o mesmo espírito de colaboração e desta forma vão continuar a fazer mais com menos dinheiro.-----

Neste momento o Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação a Moção apresentada pelo Sr. Dr. Pina Marques, em nome da bancada do PPD/PSD. -----

A Moção sobre a abertura e funcionamento da Unidade de Cuidados Continuados Integrados de Vale de Cambra foi aprovada nos seus exatos termos, por unanimidade dos vinte e oito membros presentes. A referida Moção será desde já enviada às seguintes entidades: Sua Excelência o Presidente da República, Sua Excelência o Primeiro-Ministro, Senhor Ministro da Saúde, Senhor Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, Senhor Ministro da Solidariedade e da Segurança Social, Senhor Secretário de Estado da Solidariedade e da Segurança Social, Comissão Parlamentar da Saúde e à Administração Regional da Saúde do Norte.-----

Antes de passar ao período da ordem do dia, o Sr. Presidente da Assembleia agradeceu a todas as bancadas por terem contribuído para que a duração do período de antes da Ordem do Dia decorresse dentro do tempo previsto no Regimento. Agradeceu a colaboração e o esforço de todos para melhorar as prestações dentro desta Assembleia, o que só a irá dignificar.-----

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

1. APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DESTA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO: Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2, do artigo 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, encontra-se presente para

2014.09.30

apreciação, informação escrita, datada de dezanove de setembro, do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e respetiva situação financeira, no período compreendido entre o período de dez de junho a dezasseis de setembro de dois mil e catorze.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da Informação Municipal.-----

Concedida a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, José Alberto Freitas

Soares Pinheiro e Silva referiu que a atividade municipal está revertida de forma

exaustiva no documento que apresentou. Presam para que nada passe por alto.

Assim salientou apenas duas coisas no que refere à Educação, referindo que o

ano escolar iniciou com regularidade. Tiveram uma luta difícil na manutenção de

algumas salas de aula. Apesar das dificuldades, graças ao grande empenho da

Sra. Vereadora do Pelouro, o Jardim-de-Infância de Fuste e de Vila Cova de

Perrinho mantiveram-se abertos. Tiveram de lutar contra o encerramento

compulsivo e cego de salas de aulas. Referiu-se concretamente ao

Jardim-de-infância do Centro Escolar de Arões/Junqueira e da Escola Sede, que

por ordem da DGEsTE viram duas salas encerradas, contudo conseguiram com

muito esforço e muita dedicação reverter esta situação muito desfavorável para o

concelho. Outra questão prende-se com a candidatura do Centro Escolar de

Macieira de Cambra (Escola do Búzio), tendo havido na altura um compromisso

assumido de encerramento das escolas da Praça, de Rôge, de Algeriz, de

Ramilos e de Vila Chã, no que se refere ao 1.º ciclo. Conseguiram que no ano

letivo 2014/2015 estes espaços se mantenham em funcionamento. Vão ver se

conseguem o mesmo para o futuro. Conseguiram também junto do Ministério da

Educação celebrar um protocolo com vista ao ressarcir da utilização do espaço da

Escola do Búzio pelos alunos da escola Secundária, uma vez que existem sete ou

oito turmas a utilizar esse espaço que é da Câmara Municipal e cujos custos com

as obras esta está a suportar. Foi acordado o respetivo pagamento de encargos

2014.09.30

com o funcionamento da escola no valor de sessenta mil euros anuais por parte do Ministério da Educação, no ano letivo anterior e no que agora decorre, havendo ainda uma cláusula que permite prorrogar o mesmo. Informou ainda que o Senhor Secretário de Estado da Educação afirmara que muito provavelmente em meados de 2015 a obra da Parque Escolar estaria pronta. Portanto, até prova em contrário, têm de acreditar que em junho de 2015 as obras da Escola Secundaria estarão concluídas.-----

Sobre as notícias na comunicação social sobre o encerramento das Repartições das Finanças nesta Região, deu conhecimento da garantia formal do Governo de que não haverá encerramento da Repartição de Finanças em Vale de Cambra.----

Quanto aos eventos que têm sido levados a cabo, referiu que o orgulho de ser Valecambrense, defendido acerrimamente pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, é também o orgulho que têm no desenvolvimento de iniciativas tais como o Mundial de Enduro, o Festival da Vitela da Raça Arouquesa, o BeckFest, o NGPS, o 24 horas a correr, entre outras. Eventos com notoriedade, que no fundo consubstanciam o orgulho de ter grandes eventos no concelho. -----

Informou ainda que brevemente entrará em funcionamento a Loja Interativa do Turismo, no edifício dos Paços do Concelho, que terá um papel preponderante na divulgação do nosso Concelho e vai ser orientador para o futuro do turismo em Vale de Cambra.-----

O Sr. Presidente da Assembleia passou a palavra aos Membros inscritos para um debate conciso sobre a matéria em apreciação.-----

Usou da palavra o Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho que tendo por base a intervenção do Sr. Presidente da Câmara referiu que se orgulham de um Município assim, mas que este tem disparidades de desenvolvimento no seu todo, entre freguesias. Uma vez que estão a dois meses da aprovação do Plano e Orçamento, sugeriu a elaboração de um plano e orçamento participativos. Que se

coloquem os cidadãos a discutir as necessidades mais prementes do município, o que é necessário desenvolver nas mais diversas áreas porque só há verdadeiro desenvolvimento com a participação dos cidadãos bem liderados pela Câmara Municipal.-----

Interveio o Sr. Dr. Carlos Alberto Sousa Matos que, após mencionar o procedimento “Remarcação da linha central entre Cavião e Junqueira”, mencionado na página 40 da informação municipal, solicitou mais uma vez que o mesmo seja efetuado na estrada de Cepelos à Felgueira, também esta uma necessidade urgentíssima. Fez este pedido com a maior sinceridade, não lhe querendo sequer passar pela cabeça que o Sr. Presidente esteja a fazer discriminação.-----

Perguntou ainda quando vai constar da informação municipal a retificação da estrada Macieira de Cambra – Lourosa – Porto Novo. Esta estrada apenas tem eletrificação, não tem infra-estruturas de água e saneamento.-----

Perguntou ainda ao Sr. Presidente quando pensa concretizar as promessas que fez aquando da sessão ordinária realizada em Arões. -----

Neste momento, o Sr. Presidente da Assembleia apelou a que se limitassem à matéria em discussão. Tudo o que diz respeito ao ponto deve ser discutido até à exaustão e até que todos estejam esclarecidos, mas introduzir a todo o momento assuntos extra parece mal.-----

No uso da palavra o Sr. Dr. José António Abrantes Soares de Almeida referiu que a sua questão prende-se com a proposta do Sr. Dr. Manuel Augusto, que entende ser uma proposta que faz todo o sentido, perguntando-lhe se tem ideia sobre qual seria a quota do orçamento a afetar ao orçamento participativo e qual a área ou áreas a ser implementado. Da sua experiência com implementação dos orçamento participativos, tendo já acompanhado de perto dois casos, é que tem havido maior participação de uma parte da população relativamente a outra.

Normalmente essa participação é feita por meios digitais a que nem todos têm acesso. Estamos num concelho que embora de *interland de facto* há algumas diferenças entre a região mais urbana e a região mais periférica e nem todos tem acesso aos mesmos meios de informação e de transmissão usados num orçamento participativo. Normalmente é implementado nas áreas destinadas à juventude.-----

Interveio o Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho dizendo que só se referiu a um plano e orçamento participativos, não faz diferenciação quanto à qualidade de pessoas de lá de cima e de cá de baixo. Lá em cima pagam menos como foi dito pelo Dr. José Soares, mas a título de exemplo referiu que pagam para que a água seja barata, e não têm água. Lá em cima paga-se o que se deve, tal como cá em baixo. Se perguntarem lá em cima e cá em baixo, no Município inteiro, o que se precisa fazer pensa que isso não custa muito dinheiro. A falta de meios de resposta individuais pode ser substituída ou complementada pelas Juntas de Freguesia. Quando se discutiu a reforma administrativa a justificação para não agrupar Castelões, Macieira de Cambra, Vila Chã, Vila Cova de Perrinho e Codal como previa a lei, foi que as outras quatro freguesias ficariam enfraquecidas, ficando o Município com uma administração desequilibrada. Logo não há argumento administrativo ou financeiro que possa impedir que os Valecambrenses possam escolher de acordo com a especificidade da freguesia ou do lugar os seus caminhos de desenvolvimento. -----

O Sr. Presidente da Assembleia, Eng.º Rui Manuel Martins de Almeida Leite, referiu que a função do Presidente da Assembleia não é intervir nos debates, mas sim moderar os debates. Contudo dado o aspeto profundo em discussão e dos meios que pode acarretar, quis partilhar a sua visão, uma vez que não sabe até que ponto este não elimina as Juntas de Freguesia neste procedimento, ao se ouvir cada um dos cidadãos. As Juntas de Freguesia devem trazer e conhecer

2014.09.30

profundamente os problemas da sua freguesia. Podem estar-se a alimentar um certo laxismo em alguém que assumiu a responsabilidade de zelar por um certo território. Se a Câmara Municipal optar por um orçamento participativo, até que ponto terá de se estender os meios, pois levado ao extremo não faz sentido haver freguesias. Pediu desculpa pela sua intervenção.-----

O Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho referiu que as Juntas de Freguesia evidentemente têm de estar neste processo com a Câmara Municipal.--

O Sr. José António Abrantes Soares de Almeida referiu que as suas palavras não foram bem interpretadas. Os orçamentos participativos são para uma pequena parte do orçamento, porque quem tem de fazer o orçamento é a Câmara Municipal eleita pela população e que tem um programa para o concelho. Por isso mesmo perguntou qual a quota afeta a esse orçamento participativo, que pode ser de 3%, 4% ou 5%. A título de exemplo, referiu o concelho de Condeixa, um concelho muito semelhante a Vale de Cambra, cujo valor do orçamento participativo foi de cerca de 300mil euros. A sua preocupação é com a divergência entre as freguesias. Em geral são as pessoas da zona mais urbana que participam e as outras ficam prejudicadas. Participam geralmente pela internet e logo à partida algumas pessoas deixam de participar. Esta é a sua preocupação que parte da população que não participa seja prejudicada neste processo.-----

O Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho referiu que esses desequilíbrios já existem. Quando faz a sugestão é para quebrar esse desequilíbrio, é uma sugestão que deixa à Câmara para analisar. Ter a Câmara e as Juntas de Freguesia a falar com as pessoas seria a forma de dar voz a quem não tem voz.- -

Usou da palavra o Sr. Carlos Manuel Almeida Dias referindo que lhe custa ouvir falar nas pessoas cá de baixo como urbanos, e nos de lá de cima como rurais, referindo-se às freguesias de Arões, Cepelos, Junqueira e Rôge, ou seja a parte mais alta do concelho. São todos Valecambrenses, por ser concelho único,

se os de cá de baixo pagam mais, têm de colmatar a desertificação e a falta de infra-estruturas lá em cima. Referiu que lá em cima há uma piscina ao abandono pelo que não podem tomar banho lá, mas os de cá de baixo têm uma piscina e podem usufruir dela; lá em cima as estradas estão degradadas cá em baixo estão em tapete e o imposto de selo para um carro é igual em todo o lado. Não deve haver diferença entre as pessoas que vivem no centro e as pessoas que vivem na periferia, devem ser tratados da mesma forma. É feio dizer que o pessoal lá de cima não tem formação, a população da sua freguesia tem formação académica igual ou semelhante aos de cá de baixo. Nos últimos anos têm tido acesso à Escola Secundária, à universidade e aos politécnicos. Talvez se referiam à população mais idosa que não tem acesso à internet e aos meios informáticos, mas esta parte da população tem os filhos e os netos que por sua vez têm esses meios. Se as pessoas tiverem de colaborar num orçamento participativo não serão as pessoas da serra ou das aldeias mais periféricas que vão deixar de participar. Aliás ainda há pouco e a propósito do posto médico as pessoas reuniram-se, participaram e estão atentas e enviaram correspondência por diversos meios a todas as entidades. Está em preparação outra reunião para brevemente enviarem também um texto aos jornais e à Assembleia da República. Não tiveram dificuldade em trabalhar com meios informáticos. Vale de Cambra é só um, não há serra nem há centro. Lá em cima pagam todos os impostos que lhes são exigidos.-----

No uso da palavra o Sr. Carlos Alberto Sousa Matos, e porque não quer violar o Regimento da Assembleia, perguntou se neste ponto da ordem do dia o Sr. Presidente da Assembleia entendia que poderia ser discutido apenas o conteúdo constante do documento entregue ou a atividade municipal em geral.-----

O Sr. Presidente da Assembleia disse dar preferência aquilo que está exposto na informação escrita do Sr. Presidente, mas havendo algum assunto muito importante poderá também ser abordado.-----

Ausentaram-se da sala os Senhores Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho, António Luís Martins da Costa e Henrique Martins Pereira.-----

2. REGULAMENTO DOS TRANSPORTES MUNICIPAIS DE VALE DE CAMBRA:

Presente deliberação da Câmara Municipal de vinte e seis de agosto de dois mil e catorze, submetendo para aprovação o Regulamento dos Transportes Municipais de Vale de Cambra, nos termos do artigo 25, alínea g), da Lei 75/2013 de 12 de setembro.-----

Concedida a palavra à Sra. Vereadora do Pelouro, Eng.ª Maria Catarina Lopes Paiva, explicou que foi feito um ajuste ao Regulamento existente seguindo-se os procedimentos legais. O presente Regulamento abrange os transportes municipais e transportes ocasionais. Foi primeiro feita a sua redação, passou-se à fase de inquérito público e agora é presente à Assembleia para aprovação.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e cinco membros presentes, aprovar o Regulamento dos Transportes Municipais de Vale de Cambra.-----

3. REGULAMENTO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL ESCOLAR:

Presente deliberação da Câmara Municipal de vinte e seis de agosto de dois mil e catorze, submetendo para aprovação o Regulamento Municipal de Ação Social Escolar, nos termos do artigo 25, alínea g), da Lei 75/2013 de 12 de setembro.-----

Concedida a palavra à Sra. Vereadora do Pelouro, Eng.ª Maria Catarina Lopes Paiva, explicou que este é um Regulamento novo, que surgiu dada a pretensão do executivo em aumentar a atividade na área social. Após a sua

redação, passou-se à fase de inquérito público e agora é presente à Assembleia para aprovação.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e cinco membros presentes, aprovar o Regulamento Municipal de Ação Social Escolar do Município de Vale de Cambra.-----

Reentraram na sala os Senhores Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho, António Luís Martins da Costa e Henrique Martins Pereira.-----

4. REGULAMENTO DAS PISCINAS MUNICIPAIS DE VALE DE CAMBRA:

Presente deliberação da Câmara Municipal de nove de setembro de dois mil e catorze, submetendo para aprovação o Regulamento de Utilização das Piscinas Municipais de Vale de Cambra, nos termos do artigo 25, alínea g), da Lei 75/2013 de 12 de setembro.-----

Concedida a palavra à Sra. Vereadora do Pelouro Dra. Daniela Sofia Paiva da Silva, referiu que surgiu a necessidade de fazer algumas atualizações ao Regulamento em vigor. Existem algumas diferenças ao nível da estrutura e na introdução de algumas normas, designadamente os artigos 3, 4, 6, 12, 15, 19, e os três últimos 20, 21 e 22. Alguns dos artigos sofreram alterações de forma a atualizar e completar o Regulamento. Aquele que sofreu mais alterações foi o artigo respeitante às taxas, uma vez que as mesmas estavam revertidas no anterior Regulamento e agora remete-se para o Regulamento de Taxas do Município, do qual já constam as taxas em vigor. Após ser presente a reunião de Câmara, o Regulamento esteve em inquérito não tendo havido contributos, encontrando-se agora aqui para aprovação.-----

O Sr. Eng.º Afonso da Silva Almeida perguntou se a Piscina da Escola Arões/Junqueira estava englobada no Regulamento em apreciação. Entende que também aquela é do Município.-----

2014.09.30

A Sra. Vereadora Dra Daniela Silva esclareceu que esse equipamento também pertence ao Município contudo ainda não está em pleno funcionamento. Este Regulamento regula apenas o Complexo das Piscinas Municipais, que se encontra em atividade permanente e diária. Quando a piscina do Centro Escolar (CEAJ) estiver em funcionamento será feito um regulamento próprio ou será feita uma alteração a este para contemplar a mesma.-----

Retomando a palavra o Sr. Eng.º Afonso Almeida referiu que faz suas as palavras do Sr. Presidente da Junta de Arões, também neste caso se faz diferenciação. A Piscina do CEAJ não estão a funcionar. Perguntou se não será possível pelo menos em julho e agosto colocar a mesma a funcionar para a população do interior do concelho usufruir da mesma.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal referiu que o presente Regulamento regula o funcionamento do edifício das Piscinas Municipais, que engloba a piscina descoberta e a piscina coberta. Há aqui alguma dose de razão quanto ao porquê das Piscinas do CEAJ não estarem em funcionamento. Afirmou ter conhecimento da existência de graves situações a corrigir naquele espaço, não havendo entendimento quanto ao que é solicitado pela Câmara ao empreiteiro. O empreiteiro está numa situação difícil e não tem dado resposta às inúmeras trocas de correspondência entre a Câmara e o empreiteiro. Algumas patologias prendem-se com o aquecimento da água e o aquecimento ambiental. A Piscina foi concebida para funcionar todo o ano, mas só dá resposta nos períodos em que a temperatura ambiente é mais agradável, tendo já estado aberta ao público num ano durante o verão. Defende que esse espaço deve ser colocado ao serviço da população, mas há várias questões envolvidas, que se prendem com o bom funcionamento do equipamento e com a exigência legal de pessoal especializado para afetar às piscinas, nomeadamente nadadores salvadores. Informou que vai pedir aos serviços da Câmara Municipal que façam um memorando objetivo sobre

2014.09.30

este espaço, quer os problemas, e as possibilidades de o colocar em funcionamento, e numa próxima assembleia dará essa informação. Espera que vá de encontro aos desejos das duas Freguesias e de todo o concelho, pois entende que sendo uma piscina municipal deverá estar aberta e ao serviço de toda a comunidade. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos seus vinte e oito membros, aprovar o Regulamento de Utilização das Piscinas Municipais de Vale de Cambra.-----

Neste momento, o Sr. Presidente da Assembleia Eng.º Rui Leite, reportando-se à questão levantada pelo Sr. Dr. Carlos Matos, referiu que atendendo à redação do ponto 1, só deverá ser apreciada a informação escrita. O título é claro, devem confinar-se ao que vem na informação escrita.-----

Ausentou-se da sala o Sr. Eng.º João Manuel Mateus Lameiras.-----

5. ACORDOS DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR COM AS IPSS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E DE APOIO À FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR: Presente deliberação da Câmara Municipal de nove de setembro de dois mil e catorze, submetendo para aprovação as minutas dos Acordos de Colaboração a celebrar com as IPSS aprovados em reunião de Câmara de vinte e nove de julho.-----

Concedida a palavra à Sra. Vereadora do Pelouro, Eng.ª Maria Catarina Lopes Paiva, informou que este ponto tem que ver com os Acordos a celebrar com as IPSS locais para a implementação das atividades de animação e de apoio à família na educação pré-escolar, à semelhança de anos anteriores. A opção por este tipo de acordo prende-se com o reconhecimento do papel social das instituições no trabalho social e de apoio às famílias. Este acordo permite maior cobertura logística sobretudo nos jardins de infância em que há pouca procura na

componente de apoio à família, como é o caso dos Jardins de Macinhata e de Rôge.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e sete membros presentes, aprovar as minutas dos Acordos de Colaboração a celebrar entre a Câmara Municipal e o Centro Social e Paroquial de S. Pedro de Castelões, a Fundação Luíz Bernardo de Almeida e o Centro Social e Paroquial de S. João Batista de Cepelos, com vista à implementação das atividades de animação e apoio à família na educação pré-escolar.-----

Ausentou-se da sala, sem retorno, o Sr. Rogério Brandão dos Santos.-----

6. ACORDOS DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL, AS JUNTAS DE FREGUESIA (ARÕES E UNIÃO DE FREGUESIAS DE VILA CHÃ, CODAL E VILA COVA DE PERRINHO) E O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E DE

APOIO À FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR: Presente deliberação da Câmara Municipal de vinte e seis de agosto de dois mil e catorze, submetendo para aprovação as minutas dos Acordos de Colaboração a celebrar entre a Câmara Municipal, o Agrupamento de Escolas e as Juntas de Freguesia de Arões e da União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho. -----

Concedida a palavra à Sra. Vereadora do Pelouro, Eng.^a Maria Catarina Lopes Paiva, informou que do mesmo modo que no ponto anterior procedeu-se à articulação com as Juntas de Freguesia mencionadas para a componente de apoio à família pela proximidade com a população de Arões, de Junqueira e da zona urbana, nomeadamente Vila Chã. Neste último caso não há nenhuma instituição social de apoio à infância e torna-se imprescindível fazer estes acordos.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e seis membros presentes, aprovar as minutas dos Acordos de Colaboração a celebrar entre a

Câmara Municipal, as Juntas de Freguesia de Arões e União de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, e o Agrupamento de Escolas do Búzio, com vista à implementação das atividades de animação e apoio à família na educação pré-escolar.-----

7. TRANSPORTES ESCOLARES - ACORDOS DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL E AS JUNTAS DE FREGUESIA (ARÕES, RÔGE E UNIÃO DE FREGUESIAS DE VILA CHÃ, CODAL E VILA COVA DE PERRINHO):

Presente deliberação da Câmara Municipal de vinte e seis de agosto de dois mil e catorze, submetendo para aprovação as minutas dos Acordos de Colaboração a celebrar entre a Câmara Municipal, o Agrupamento de Escolas e as Juntas de Freguesia de Arões, de Rôge e da União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho. -----

Concedida a palavra à Sra. Vereadora do Pelouro, Eng.ª Maria Catarina Lopes Paiva, informou que a celebração dos Acordos com as Juntas de Freguesia tem como objetivo rentabilizar os recursos existentes no terreno, de modo a assegurar os transportes escolares aos alunos nas freguesias de Arões, de Rôge e da União das Freguesias.-----

Interveio o Sr. Eng.º Afonso da Silva Almeida sugerindo que estes dois pontos que são semelhantes e que tratam da mesma matéria sejam tratados num só ponto. Não dá contudo abertura para outros agendamentos.-----

O Sr. Presidente da Assembleia referiu que estes são procedimentos específicos que têm de levar esta via, passando de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e seis membros presentes, aprovar as minutas dos Acordos de Colaboração a celebrar entre a Câmara Municipal, o Agrupamento de Escolas do Búzio e as Juntas de Freguesia de Arões, de Rôge e da União de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de

Perrinho, com vista à execução dos transportes escolares no ano letivo de 2014/2015.-----

8. PROCEDIMENTO PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE REFEIÇÕES ESCOLARES EM ESTABELECIMENTOS ESCOLARES DO CONCELHO DE VALE DE CAMBRA – JÚRI DO PROCEDIMENTO:

Presente deliberação da Câmara Municipal de vinte e seis de agosto de dois mil e catorze, que ratificou o despacho do Sr. Presidente da Câmara de 21 de agosto de 2014, que aprovou a substituição de dois elementos do júri do procedimento aprovado em reunião de Câmara de 17 de junho em sessão da Assembleia de 30 de junho de 2014. Remete ainda a referida deliberação para aprovação do novo júri do procedimento que ficou assim constituído: Efetivos – Técnicas Superiores Paula Ferreira, Marisa Oliveira e Fátima Rocha; Suplentes – Técnicos Superiores Rui Valente e Sandrina Valente.-----

Concedida a palavra à Sra. Vereadora do Pelouro, Eng.ª Maria Catarina Lopes Paiva disse que o procedimento da aquisição e fornecimento de refeições escolares é tratado em plataforma eletrónica, tendo havido necessidade de substituir um elemento do Júri que não tinha código de acesso à plataforma de contratação pública.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Eng.º Rui Leite referiu que tem acompanhado o que se passa e estas situações de ratificar situações à posteriori têm de ser objeto de melhoria por parte da Câmara Municipal. Pediu que a Câmara se esforce no sentido de eliminar estas situações, para que não venham à posteriori pedir a ratificação de decisões tomadas anteriormente. As deliberações que tenham de ser tomadas primariamente na Assembleia devem ser tratadas assim. Poderá haver uma ou outra exceção.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e seis membros presentes, aprovar o novo júri do procedimento de aquisição de serviços para

fornecimento de refeições escolares, nos termos da proposta da Câmara Municipal de 26 de agosto, bem como ratificar todo o processado até à data.-----

Reentrou na sala o Sr. Eng.º João Manuel Mateus Lameiras.-----

9. PARECERES EMITIDOS PELO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA:

Presente deliberação da Câmara Municipal de vinte e seis de agosto de dois mil e catorze, remetendo para conhecimento da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 3, do artigo 4.º, do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal referiu que o documento remetido a todos os membros da Assembleia é para tomar conhecimento. Disse que está em causa o conhecimento daquilo que foi a última reunião do Conselho Municipal de Segurança em que não houve nenhuma questão de fundo, estando o teor da mesma revertido no documento.-----

O Sr. José Soares referiu que lhe parece faltar alguma página na informação enviada, tendo o Sr. Presidente da Assembleia referido que se tal situação se confirmar será retificada, garantindo que não há intenção de esconder qualquer tipo de informação.-----

10. ELEIÇÃO DE UM AUTARCA DE FREGUESIA PARA INTEGRAR O CONSELHO CINEGÉTICO MUNICIPAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA E), DO N.º 2, DO ARTIGO 157.º DO DL 2/2011, DE 6 DE JANEIRO, QUE REPUBLICOU O DL 202/2004, DE 18 DE AGOSTO:

Presente informação da Câmara Municipal datada de 15 de setembro com o seguinte teor: “Considerando que nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 157.º do Decreto-Lei 202/2004 de 18 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 2/2011, de 8 de Janeiro, a duração do mandato do Conselho Cinegético Municipal é de 4 anos e que a última constituição teve lugar em 2008, é necessário proceder a consulta junto das entidades que o constituem a saber 3

2014.09.30

representantes dos caçadores do concelho; dois representantes dos agricultores do concelho; um representante das ZCT do concelho, um representante das associações de defesa do ambiente existentes no concelho, um **autarca de freguesia a eleger pela Assembleia Municipal**, um representante da DGRF já não aplicável uma vez que terá o mesmo representante que o ICNF por motivo de reestruturação dos serviços) e um representante do ICNF, no caso da área do município abranger áreas classificadas, sem direito a voto, para indicação de novo representante. Nessa medida é necessário o agendamento para a próxima sessão da Assembleia Municipal a eleição do autarca de freguesia para integrar o Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal de Vale de Cambra.”-

Para efeito da eleição, o Sr. Dr. José António Abrantes Soares de Almeida, em nome da Bancada do CDS/PP apresentou o **Sr. Henrique Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Junqueira** como candidato a integrar o Conselho Cinegético Municipal, proposta designada como Lista A.-----

Efetuada a **votação por escrutínio secreto** dentre os vinte e sete membros presentes, obteve-se vinte e um votos a favor da lista apresentada, quatro votos em branco e dois votos nulos, tendo sido **eleito o Sr. Henrique Martins Pereira**, Presidente da Junta de Junqueira, para integrar o Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal de Vale de Cambra.-----

11. LANÇAMENTO DE DERRAMA SOBRE A COLETA DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLETIVAS (IRC) NO ANO DE 2014:

Presente deliberação da Câmara Municipal de nove de setembro de dois mil e catorze, submetendo à aprovação da Assembleia Municipal o lançamento da derrama fixando em 1,5% a taxa a incidir sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC no ano de 2014 das empresas com volume de negócios superiores a 150.000,00€. No caso das empresas com volume de negócios até 150.000,00€ deliberou a Câmara Municipal não aplicar derrama.-----

2014.09.30

Concedida a palavra ao Sr. Vereador do Pelouro, Dr. António Alberto Almeida de Matos Gomes, após cumprimentar os presentes, referiu que ao nível das receitas próprias do Município optaram por propor a manutenção dos valores do último ano, para a elaboração do último orçamento. Isto porque as receitas do Município não têm aumentado substancialmente e ainda há uma dívida que é necessário regularizar, a qual estão paulatinamente a reduzir. É proposta e apanágio do Executivo residente baixar no futuro os impostos, quer para as empresas quer para os munícipes, no entanto por uma razão de prudência orçamental ainda não o propõe este ano. Os documentos a que todos tiveram acesso tem vertido o debate em sede de reunião de Câmara e a proposta em apreciação. -----

Na questão da derrama ressaltou que há um conjunto de infraestruturas das zonas industriais que sofrem de algumas patologias as quais é necessário corrigir, por uma questão de justiça para com os empresários que ali estão. Refere-se a problemas ao nível das infraestruturas de telecomunicações, no caso de Lordelo/Codal ao nível dos taludes e desmoronamento de terras que têm subsistido. Esta é também uma razão para manterem o valor da derrama.-----

Usou da palavra o Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho referindo que a derrama foi instituída tardiamente no município. O tecido empresarial precisava desenvolver-se e tardiamente consultada a ACIC e a FORESP chegou-se a acordo para instaurar a derrama. Era um bom tempo para as empresas, a economia funcionava e por isso a derrama foi instaurada, sustentada e até justa.-- Apresentando os mesmos argumentos que o Sr. Vereador António Alberto, quanto ao desemprego e outros, entende que a riqueza do município assenta no tecido empresarial, quer na riqueza instalada, no emprego, quer na riqueza distribuída. Hoje os tempos são difíceis e existe uma feroz captação de investimentos dentro dos diversos Municípios e no País. Assentando o próprio emprego na

2014.09.30

sustentabilidade das empresas, sugeriu que fosse criada uma bolsa de emprego, que as verbas que a Câmara não cobrasse fossem utilizadas para dar emprego aos jovens, argumentos bem expressos na justificação para todos estes impostos, dando sinal às empresas que é preciso criar mais emprego. Entende que essa bolsa de emprego poderia ser implementada com uma parceria constituída pela Câmara Municipal, empresas, e Instituto do Emprego e Segurança Social, via ACIC e FORESP.-----

Propôs a isenção da derrama, dado que é necessário incentivar a captação de investimento em Vale de Cambra, com a fixação de empresas e a sustentabilidade das empresas já existentes.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou que a ACIC já se extinguiu.

O Sr. José António Abrantes Soares de Almeida confirmou a dissolução da ACIC. Acrescentou que a derrama não foi instituída no tempo da ACIC, nem foi consultada a ACIC. Julga que ela foi instituída em 1983, sendo o Sr. Dr. Manuel Augusto Vice-Presidente da Câmara de então, e tinha como objetivo a construção do pavilhão gimnodesportivo da Escola Secundária de Vale de Cambra. Na altura a derrama tinha de ter um fim específico. Foi também numa altura de alguma crise económica na indústria, numa altura muito difícil, mas foi instituída porque a Câmara tinha necessidade de construir essa infraestrutura fundamental para o Concelho, mantendo a sustentabilidade das finanças do Município. Hoje infelizmente a justificação é a mesma, continuam a viver em alguma crise mas a Câmara quer naturalmente garantir a sustentabilidade e acima de tudo preparar-se bem para o próximo QCA e para isso tem de apresentar uma boa estrutura financeira. Julga que esse esforço tem sido feito. Comparando as contas de final do ano com os últimos números apresentados, a Dívida de médio e longo prazo baixou de 12,2milhões de euros para 10,7milhões, o que permitiu economizar juros; a conta “Fornecedores conta corrente” baixou de 870mil euros

2014.09.30

(no final do ano) para 373mil euros atualmente, o que permite poupar juros de mora e financiar a tesouraria de muitos fornecedores do Concelho, bem como salvar alguns postos de trabalho; a conta Fornecedores de Imobilizado baixou de um 1,304milhão para 534mil euros; e a conta Outros Devedores e Credores que tinha um passivo liquido de 1.137milhão baixou para 1,048milhão. É todo este processo de preparação das contas para o novo QCA, que é fundamental para a Câmara se poder candidatar a obras importantes para o concelho.-----

Outros fatores fiscais contribuíram para as finanças do concelho, um deles a crise imobiliária geral, que afetou a receita do imposto municipal sobre imóveis, antiga SISA. Foi o primeiro ano em que se fez sentir a redução de um por cento do IRS. Acha que vai ser possível no decorrer deste mandato baixar a derrama como sinal aos empresários para investir no concelho. Infelizmente este ano devido aos fatores referidos não é ainda possível. Ao nível das micro-empresas, que faturam até 150mil euros, estas vão estar isentas, enquanto os concelhos que nos rodeiam vão continuar a aplicar essas taxas, Arouca - 0,5%, Oliveira de Azeméis – 0,75%, S. João da Madeira e Sever do Vouga – 1%.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal dirigindo-se ao Sr. Dr. Manuel Augusto Carvalho referiu que não pode apresentar uma proposta nesta altura. A proposta da Câmara é votada pela Assembleia favorável ou desfavoravelmente, não podendo ser alterado o seu conteúdo.-----

No uso da palavra o Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho substituiu a sua proposta apresentando uma recomendação/sugestão à Câmara Municipal do mesmo teor. Agradeceu ao Sr. Dr. José Soares a retificação histórica sobre a implementação da derrama. Referiu estar contente com os dados apresentados relativos às finanças da Câmara Municipal porque afinal há dinheiro. Acrescentou que, ao abrigo da Lei das Finanças Locais, nos mandatos anteriores também houve a obrigação de reduzir a dívida.-----

A Assembleia Municipal deliberou aprovar o lançamento da derrama fixando em 1,5% a taxa a incidir sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC (no ano de 2014) das empresas com volume de negócios superiores a 150.000,00€, e não aplicar derrama às empresas com volume de negócios até 150.000,00€, por maioria de dezassete votos a favor, cinco votos contra dos Srs. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho, Dr. Reinaldo de Almeida Pinheiro, Dr. Carlos Alberto Sousa Matos, Eng.º Filipe Pascoal da Silva Fernandes e Mariana Cubal Fonseca Brandão da bancada do PPD/PSD, e cinco abstenções dos quatro elementos que compõem a bancada do PS e da Sra. Dra. Célia Maria dos Santos Tavares da bancada do PPD/PSD.-----

12. FIXAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO IRS: Presente a deliberação da Câmara Municipal de nove de setembro de dois mil e catorze que submete a aprovação da Assembleia Municipal a participação do Município no IRS relativo ao ano 2014 ficando a taxa em 4% (quatro por cento).-----

Concedida a palavra ao Sr. Vereador do Pelouro, Dr. António Alberto Almeida de Matos Gomes, referiu que a explicação anterior serve para os três pontos. Como no ano anterior a Câmara Municipal propõe-se abdicar de um por cento a favor dos Municípios. Novamente referiu que não é possível cumprir com a pretensão de baixar a sua comparticipação, por uma questão de prudência orçamental. Informou que ainda há dívida de 2011 por pagar O Sr. Dr. Manuel Augusto falou na obrigatoriedade e na questão de gestão, mas por uma questão de gestão do anterior executivo existe ainda dívida de 2011. Estão a cumprir desde 2012, a partir do momento que a Câmara aderiu ao PAEL, começou a pagar dentro dos prazos limites. Mas porque não conseguiu cabimentar toda a dívida dentro desse empréstimo há um montante significativo por pagar, que à data de junho revertia a setecentos e tal mil euros. Atualmente o valor é menor

2014.09.30

porque todos os meses a Câmara Municipal tem vindo a afetar um pouco do montante financeiro que dispõe para abater à dívida. -----

O Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho disse que já quando esteve na Câmara utilizavam o endividamento para poupar os Municípios do aumento dos impostos municipais, os juros eram baixos, não tem problema em assumir isso. Referiu que o Vereador António Alberto também o fez enquanto responsável pelas finanças, isso não lhe retira nenhum mérito, tendo sido uma honra trabalhar com ele. Esse endividamento gerou riqueza, tiveram os impostos mais baixos da região, como referido pelo Dr. José Soares, porque recorreram a empréstimos para não sobrecarregar empresas e Municípios.-----

Relativamente ao IRS referiu que baixar a percentagem não tem nenhum efeito sobre as pessoas que ganham menos, a maior parte das pessoas ganham a reforma mínima e não pagam IRS. É preciso ver as tais assimetrias económicas existentes no País e no mundo. Aliás, falando-se também do IMI, essas pessoas que não pagam IRS têm de pagar IMI, a esse ninguém escapa. As pessoas têm património edificado, e aí independentemente de terem capacidade para pagar, têm de pagar. Com esta proposta estas pessoas não recebem nada.-----

Baseando-se num estudo feito pelo então Vereador José Alberto Freitas em 2012, que diz quanto é dois por cento sobre a população e que esses vinte e quatro euros que não se iam cobrar, davam para determinados quilos de batata, de maçã, e litros de leite. Acrescentou que considerando que atualmente o impacto nas famílias é tão ou mais verdadeiro que em 2012, considerando ainda o agravamento e por uma questão de coerência, sugeriu ao Sr. Presidente que a proposta seja 3,5%.-----

O Sr. Dr. José António Abrantes Soares de Almeida referiu que se baixar de 4% para 3,5% vai devolver 1,5% às pessoas, e que isso é reforçar a medida tomada. E é contrária aquilo que o Sr. Dr. Manuel Augusto acabou de dizer. Se

este dizia que as pessoas mais desfavorecidas não recebem nada porque não pagam IRS e que os que recebem mais são mais favorecidos, continuam assim a ser mais favorecidos.-----

É verdade que as pessoas mais desfavorecidas não beneficiam com esta devolução que é feita, porque não pagam praticamente IRS. Mas há outra questão que é verdadeira - quem tem rendimentos de capitais, de juros de dividendos, que não entram na declaração de rendimentos, essas pessoas também são mais prejudicadas com a medida da devolução feita às pessoas.-----

A Assembleia Municipal deliberou aprovar a participação do Município no IRS relativo ao ano 2014 fixando a taxa em 4% (quatro por cento), por maioria de quinze votos a favor, oito votos contra dos Srs. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho, Dr. António Fernando de Pina Marques, Dr. Carlos Alberto Sousa Matos, Dr. Reinaldo de Almeida Pinheiro, Serafim Rodrigues, Eng.º Filipe Pascoal da Silva Fernandes, Dra. Célia Maria dos Santos Tavares e Mariana Cubal Fonseca Brandão, da bancada do PPD/PSD, e quatro abstenções da bancada do PS.-----

13. FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS:

Presente a deliberação da Câmara Municipal de nove de setembro de dois mil e catorze, remetendo para aprovação da Assembleia Municipal as taxas no quadro do Imposto Municipal sobre Imóveis, para vigorar durante o ano de 2015.-----

Concedida a palavra ao **Sr. Vereador do Pelouro, Dr. António Alberto Almeida de Matos Gomes**, referiu que a proposta hoje em votação é igual à do ano anterior, havendo apenas uma pequena diferença pois foi suprimida a taxa “Prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI”, dado que todos os imóveis foram já avaliados. Acrescentou que a justificação económica foi já dada nos pontos anteriores.-----

Interveio o Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho referindo que o IMI é o imposto mais gravoso ao nível do Município pois recai sobre proprietários de imóveis que na maior parte dos casos não têm valor comercial, não são vendáveis. Indo pelas aldeias há muitos imóveis à venda há já alguns anos. Hoje tem um valor tributável e que de certeza ninguém compra pelo preço da avaliação. Continua a comportar despesa para os proprietários. Fazendo referência à majoração de 30% para os prédios em ruínas referiu que nas aldeias as casas estão arruinadas, os telhados caíram por falta de capacidade financeira e ainda se lhe agrava o IMI. O preço do imobiliário decresceu, hoje quem quiser vender tem de vender mais barato do que comprou. Uma parte das pessoas que não paga IRS terá de pagar IMI, nem que sejam penhorados. Porque as receitas do IMI ainda irão aumentar, quando deixar de haver cláusula de salvaguarda, entende que o IMI deveria baixar porque não poria em causa a redução de receita para a Câmara. A Câmara Municipal foi também alertada pela bancada do PSD sobre as assimetrias que têm de ser corrigidas, um terreno no Centro de Vale de Cambra não pode valer o mesmo que nas áreas rurais. Foi pedido um estudo sobre isso, para revigorar a economia das zonas rurais. Por isto, entende que a taxa do IMI deveria ser reduzida para 0,30%.-----

No uso da palavra o Sr. Dr. José António Abrantes Soares de Almeida referiu que não vão agravar a taxa do IMI vão mantê-la, quem a agravou foi esta Assembleia há três anos, em 2011, então presidida pelo Sr. Dr. Manuel Augusto Carvalho, com a passaram de 0,3% para 0,35%. Acrescentou estranhar a proposta do Sr. Vereador Eng.º José Bastos em passá-la para 0,3% quando ele a aumentou para 0,35% precisamente há três anos.-----

Disse partilhar das considerações tecidas pelo Sr. Dr. Manuel Augusto e até mais algumas, é preciso desenvolver o mercado imobiliário, é preciso atrair mais pessoas para Vale de Cambra e por isso urge baixar as taxas do IMI. Mas neste

momento, e pelas razões que invocou anteriormente, não é ainda altura. Informou que dos Concelhos em volta, Vale de Cambra é o que apresenta as taxas mais baixas, à exceção de Arouca que apresenta 0,30%. Oliveira de Azeméis e Sever do Vouga têm 0,38%, S. João da Madeira tem 0,37% e Santa Maria da Feira tem 0,40%. A taxa do IMI foi alterada há três anos de 0,3% para 0,35% numa altura em que a Lei previa que a taxa fosse fixada entre 0,2% e 0,4%. Entretanto a Lei foi alterada por imposição da Troika e agora é fixada entre 0,3% e 0,5%. Portanto na altura, os anteriores órgãos executivo e deliberativo, posicionaram-se zero quinze acima da mínima e agora a proposta é de que se posicionem zero cinco acima da mínima. Na altura posicionaram-se zero cinco abaixo da máxima, e agora a proposta atual é que se posicionem zero quinze abaixo da máxima.-----

Interveio o Sr. Pedro Nuno de Magalhães Ribeiro referindo que após ouvir as intervenções da bancada do PSD relativamente aos impostos municipais, não poderia deixar de intervir. Parece que a dívida para o PSD é uma questão de crianças, não é para pagar. Foi feito um esforço grandíssimo por parte do atual executivo para reduzir a dívida em 3,5 milhões de euros, para pagar sete milhões de euros de compromissos assumidos pelo anterior executivo. Disse estar surpreendido por aqueles que deixaram ficar a dívida - que é grande - venham agora propor uma redução dos impostos. Essa mesma redução de impostos impedirá de preparar o Município para o próximo Quadro Comunitário, de ter liquidez financeira. Por outro lado a redução de receita, implicará a redução de investimento que terá influência por exemplo nas transferências efetuadas para as Juntas de Freguesia. Se houver menos dinheiro disponível também a Câmara Municipal terá de disponibilizar menos dinheiro às Juntas de Freguesias. Acrescentou que lhe custa ouvir estas intervenções sobretudo quando o agravamento de impostos foi efetuado nos últimos anos por um executivo do PSD, que deixou o Município carregado de dívidas, que o atual município tem de

2014.09.30

pagar. E agora com o mesmo facilitismo que criou dívida, quer agora o facilitismo para deixar este Município na banca rota. Apelou aos Srs. Presidentes de Junta, sobretudo da oposição que se concordarem com esta situação apresentada pelo PSD tenham noção que implica redução do dinheiro disponível para colocar ao dispor da população de Vale de Cambra.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Eng.º Rui Manuel Martins de Almeida Leite, em jeito de comentário à intervenção do Sr. Pedro Magalhães, referiu que como Presidente da Mesa mantém a discussão aberta, não julgando quem tem razão ou quem não tem. Este é um espaço de livre opinião, e as votações ratificam as opiniões. Mas nunca irá agir de modo a coartar a livre expressão de cada um dos Membros da Assembleia.-----

O Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho disse que não irá responder ao Chefe de Gabinete do Sr. Presidente da Câmara, mas em relação à intervenção do Sr. Dr. José Soares referiu que há 3 anos foi há 3 anos, o Município tem de responder a cada tempo, para em cada tempo preparar o futuro. Estão a debater o momento atual. Há 3 anos por exemplo Arouca teve incentivos fiscais para a fixação de empresas que Vale de Cambra não teve. Têm de se adaptar e prever o que será melhor em cada momento para o Município de Vale de Cambra.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Eng.º Rui Leite, referiu que gostaria que o debate neste Órgão fosse elevado, acrescentando que todas as pessoas que têm assento nesta Assembleia são Membros da Assembleia. Se têm outras funções, a partir do momento que entram na sala gostaria que essas ficassem à parte, porque aqui vai tratá-los como membros da Assembleia. Primeiramente tem de haver respeito por si próprios. Todos os aqui presentes são membros da Assembleia e é nessa qualidade que tomam parte nos debates. O Chefe de Gabinete não é figura que tenha assento na assembleia, não tem inerência de cargo para estar na Assembleia.-----

2014.09.30

O Sr. Presidente da Câmara Municipal solicitou a palavra, confirmando as palavras do Sr. Presidente da Assembleia. Referiu que o Sr. Pedro Magalhães não está aqui na qualidade de Chefe de Gabinete, embora haja a tendência de confundir as coisas. Afirmou e reafirmou essa posição, afirmando ainda claramente que não há nem houve concertação de posição quanto ao cargo que este desempenha enquanto Chefe de Gabinete e o cargo enquanto Membro da Assembleia Municipal, o que tem sido provado pela sua atitude nas anteriores sessões.-----

Referiu que é muito fácil quando se está na oposição propor isto ou aquilo. Quando se está deste lado é mais difícil, há uma responsabilidade acrescida. Há algumas pessoas a rir-se mas de facto é uma realidade. Deste lado tem-se uma noção mais real das dificuldades e dos desafios do dia-a-dia.-----

Informou que durante o dia, recebeu na Câmara Municipal a participação do Município no Fundo de Apoio Municipal (FAM). Mais um encargo acrescido até 2021, sendo que a Câmara Municipal será obrigada a contribuir anualmente e até esse ano, com uma verba de cerca de 105mil euros, ao que acresce as reduções nas transferências das verbas do estado para os Municípios, que ocorreu já em 2014. Falou na despesa diária, e recordou o que foi o último inverno e as dificuldades em ultrapassar os prejuízos provocados pelo mau tempo, derrocadas de muros e pavimentos degradados. Naturalmente têm de olhar para o concelho no seu todo, defendendo que não podem distinguir entre zona urbana e zona de serra, Vale de Cambra é Vale de Cambra, as pessoas são pessoas, o tratamento tem de ser igual, não pode haver diferenciação. Esta é a sua posição.-----

Interveio o Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho dizendo ao Sr. Presidente da Câmara que se o tivesse ouvido no início desta Assembleia não iria falar de algum histórico. A coerência é importante quer se esteja na oposição, quer se esteja na posição. Não respondeu ao Sr. Chefe de Gabinete e Membro

2014.09.30

desta Assembleia precisamente porque o Sr. Presidente da Câmara deu a resposta que estavam à espera.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal insistiu mais uma vez que não se deve perder o respeito por este Órgão e começarem a apelidar ou a batizar os Membros da Assembleia Municipal por outros nomes, isso é perder o respeito. As pessoas que podem intervir na ordem do Dia são membros da Assembleia Municipal, dignidade pela qual lutará até ao fim.-----

Intervenção o Sr. Dr. Reinaldo de Almeida Pinheiro referindo compreender as insinuações proferidas relativamente à igualdade, e que as subscreve. Disse que o artigo vigésimo da Constituição da República Portuguesa fala no princípio da igualdade, mas quando se fala aqui em igualdade, das situações serem iguais para a parte alta do concelho e para o centro do concelho, remete a um sentido da igualdade em sentido meramente formal. Têm de ser mais exigentes, por uma questão de justiça, atingir a igualdade material, que só se concretiza através de medidas discriminatórias positivas, ou seja tratar de forma diferente aquilo que não é igual. Isto a propósito do IMI. As assimetrias existem. Por exemplo, se acrescentarem uma taxa de IRS para toda a população por parte igual, estariam a defender o princípio da igualdade em sentido meramente formal. Precisamente para corrigir essas assimetrias é que há percentagens diferentes. Relativamente ao IMI uma maneira de corrigir as assimetrias é tratar de maneira diferente as aquilo que não é igual, é apresentar após um estudo aprofundado taxas diferentes. A verdade é que estão a subalternizar quando estão a tentar que essa área seja tratada de maneira diferente porque as situações também são diferentes. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal levantou algumas dúvidas quanto ao acrescento de valor na continuação do debate.-----

O Sr. Dr. José António Abrantes Soares de Almeida referiu que sim, concordando com a tomada de medidas de discriminação positiva nas regiões mais desfavorecidas. Acrescentou que o Sr. Dr. Reinaldo já em tempos sugeriu a criação de uma Comissão que pudesse analisar a aplicação de diferentes taxas de IMI de acordo com diferentes áreas do concelho. Segundo o Código isso é possível por Freguesias. Disse não ter conhecimento da sua aplicação em algum concelho do País. Ainda assim, esclareceu que mesmo com a taxa uniforme em todo o Concelho, a situação é diferente para diferentes regiões do Concelho, isto porque a base de incidência do imposto sobre o qual incide a taxa – o valor patrimonial (VPT) – e esse valor depende de vários fatores, partindo logo da base de que num imóvel habitacional cada m² vale cerca de 600€/m², que depois são afetados a diversos fatores imóvel a imóvel, como por exemplo o coeficiente de qualidade e conforto. Se uma casa tiver elevador vale mais, se tiver piscina vale mais, se não tiver saneamento público vale menos. O coeficiente robustez depende da idade da casa, existindo vários escalões e coeficientes consoante a idade da casa. Para além disto há o coeficiente de localização que multiplica por isto tudo. Esse coeficiente tem em conta a localização do imóvel e aquelas infraestruturas de que beneficia. Por exemplo o coeficiente de localização no centro de Vale de Cambra é um (o máximo a nível nacional é 3), já em Lordelo é 0,85, e em outras zonas é 0,9, outras 0,8. Quanto mais nos afastamos do centro do Concelho, e porque beneficiam de menos infraestruturas o valor é inferior, ou seja a mesma casa com as mesmas condições e com a mesma idade localizada em Vale de Cambra vale por exemplo dez mil para efeito de imposto a 0,35%, e se estiver localizada em Rôge se calhar já só vale oito mil e já paga menos. Já existe essa discriminação. Mas também entende que seria conveniente uma revisão de taxas mais no sentido de atrair populações para essas localizações. Mas já há uma diferenciação que não existe noutros impostos, por exemplo a

2014.09.30

derrama é igual para uma empresa que se localize em Arões/Junqueira ou em Vale de Cambra e o IRS é um por cento para todos quer morem em Codal ou em Vale de Cambra.-----

No uso da palavra o Senhor Presidente da Câmara referiu que o que foi dito foram contributos importantes e esclarecedores para o debate mas há muito mais a fazer e por todos em conjunto. Pedindo desculpa ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Arões e da Junta de Freguesia de Junqueira voltou a falar na questão do interior do Concelho. O interior é fantástico, é bonito, é belo e tem muito para oferecer. Têm de fazer algumas coisa no meio de todo este cenário que é criar notoriedade no território, criar infraestruturas no território, fazer com que as pessoas sintam apetência por ir a Arões, a Junqueira, a Rôge. Não são precisos investimentos megalomanos, é preciso criar notoriedade no território, fazê-lo em parceria com as Freguesias e com os agentes locais. Neste momento, há procura de terrenos para investir em algumas produções, e em casas de turismo de habitação, recuperando-as. Neste momento a Equipa Multidisciplinar, da Câmara Municipal está a pensar em tudo isto de uma forma articulada. Estão a pensar avançar rapidamente com duas candidaturas, uma a requalificação de parte do espaço do Santuário da Sra da Saúde, local muito importante para o turismo no concelho, que atrai milhares de pessoas ao longo do ano. No fim-de-semana aquele espaço fica cheio. Em agosto afluem ali milhares de pessoas, vindas de todo o País. Provavelmente irão correr o risco de ter uma Assembleia Municipal extraordinária para aprovação destes dois projetos. O outro projeto está relacionado com o projeto imaterial em torno da tradição maior do nosso concelho que são as Marchas de Santo António. Isto para referir a necessidade de trabalho em conjunto.-----

Interveio o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Eng.º Rui Manuel Martins de Almeida Leite referindo que a intervenção do Sr. Presidente neste

2014.09.30

momento não acrescenta valor ao debate sobre o IMI, pelo que prometeu que no final da sessão lhe concederia uns minutos para apresentação dessa matéria.-----

O Sr. Dr. Manuel Augusto Bastos Carvalho solicitou a palavra para dizer que não pretendia ofender ninguém.-----

O Sr. Presidente da Assembleia referiu crer que todos estão ali de boa fé. Só pretendeu clarificar as coisas logo no início.-----

No uso da palavra o Sr. Dr. Carlos Alberto de Sousa Matos referiu que se querem recuperar casas e turismo rural, devem dar o dinheiro às pessoas e não à Câmara. Acrescentou que muito se tem falado no próximo Quadro Comunitário, tendo neste momento **o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Eng.º Rui Leite**, interrompido por entender que tal matéria nada acrescenta ao debate sobre o IMI, colocando de imediato o ponto a votação.-----

A Assembleia Municipal deliberou aprovar a manutenção da taxa de IMI a aplicar aos prédios urbanos na percentagem de 0,35%, aplicando ainda uma majoração de 30% aos prédios urbanos degradados, nos termos do artigo 112, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, por maioria de quinze votos a favor, seis votos contra dos Srs. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho, Dr. António Fernando de Pina Marques, Dr. Carlos Alberto Sousa Matos, Dr. Reinaldo de Almeida Pinheiro, Eng.º Filipe Pascoal da Silva Fernandes e Mariana Cubal Fonseca Brandão da bancada do PPD/PSD, e seis abstenções dos quatro elementos que integram a bancada do PS e da Sra. Dra. Célia Maria dos Santos Tavares e do Sr. Serafim Rodrigues, da bancada do PPD/PSD.-----

14. ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2014: Presente deliberação da Câmara Municipal de doze de agosto de dois mil e catorze, submetendo a aprovação da Assembleia Municipal a alteração da estrutura do Mapa de Pessoal de 2014.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal referiu que não há muito esclarecimento a prestar, sendo que a necessidade de aprovação decorre da lei, no seguimento da reorganização dos serviços que foi feita. Trata-se da adaptação do Mapa a novas funções. Informou que não há aumento de pessoal, nem aumento de despesa. Estando presente o responsável pela área financeira e dos recursos humanos da Câmara, referiu que este poderia esclarecer com rigor a matéria em apreço.-----

No uso da palavra o Sr. Eng.º Afonso da Silva Almeida referiu que por uma questão de coerência, e no seguimento da reorganização dos serviços, com a qual discordaram, vão agora ser coerentes com essa posição.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de vinte e três votos a favor e quatro votos contra, da bancada do PS, aprovar a nova estrutura do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de 2014.-----

15. AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA SEIS ASSISTENTES OPERACIONAIS – CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO: Presente deliberação da Câmara Municipal de doze de agosto de dois mil e catorze, submetendo a aprovação da Assembleia Municipal a abertura de procedimento concursal para admissão de seis assistentes operacionais para prestar serviço na área da educação através de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.-----

A Sra. Vereadora Eng.ª Maria Catarina Lopes Paiva referiu que este recrutamento prende-se com o procedimento de contratação de seis assistentes operacionais (área ação educativa) face à necessidade de pessoal para lidar com as nossas crianças permanentemente. A formação deste pessoal é exigente, não é qualquer pessoa que está apta a trabalhar com crianças. De há seis anos para cá a Câmara Municipal tem feito contratações sucessivas. O procedimento será

apenas para seis vagas e não chegam para o serviço de apoio às crianças do pré-escolar e do primeiro ciclo. Ressalva que quando uma funcionária está afeta ao pré-escolar os gastos são imputados ao Ministério da Educação. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e sete membros presentes, autorizar a abertura de procedimento concursal para seis assistentes operacionais, por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, nos termos e com os fundamentos da proposta apresentada pela Câmara Municipal.-----

16. ABONO PARA DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO DOS DIRIGENTES:

Presente deliberação da Câmara Municipal de vinte e seis de agosto de dois mil e catorze, propondo à Assembleia Municipal a aprovação da atribuição de abono para as despesas de representação aos dirigentes de direção intermédia de 2.º grau (chefes de divisão) e ao Chefe da Equipa Multidisciplinar.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal referiu que está em causa a atribuição de abono para despesas de representação dos dirigentes tendo em conta a reorganização do serviços, bem como a necessidade de disponibilidade dos Chefes e pessoas com responsabilidade, face ao grande trabalho para responder aos grandes desafios que enfrentarão em preparação para o novo Quadro Comunitário.-----

O Sr. Eng.º Afonso da Silva Almeida disse congratular-se com o facto da Câmara ter reduzido a sua dívida em três milhões e meio de euros em cerca de um ano. Querem que a mesma continue a reduzir porque a Câmara tem promessas, o concelho tem algumas necessidades e precisa de investimento para garantir igualdade e não existir Vale de Cambra de primeira e de segunda e de terceira. É preciso criar igualdade no modo de vida e nas condições de vida. Tendo a Câmara muito onde investir, entende que esta deve continuar uma gestão de redução da despesa e da dívida. Segundo essa ordem de ideias, desde

2014.09.30

que este abono a atribuir não seja superior ao que era disponibilizado até agora, estarão de acordo. Pediu para informado do valor que até agora era despendido e qual o custo que será pago daqui em diante. Se mantiverem os mesmos custos estarão de acordo, se estes forem superiores votarão contra. Terminou referindo que a filosofia de reduzir despesas pela Câmara é uma boa medida e que deve ser aplicada onde for possível.-----

Concedida a palavra ao Sr. Vereador Dr. António Alberto Almeida de Matos

Gomes informou que não haverá aumento de custos. Tendo em consideração as nomeações de cargos de chefia, tendo em conta as carreiras onde as pessoas estão inseridas e as chefias que assumiram, em relação ao executivo anterior está ela por ela, havendo um valor diminuto de cento e pouco euros.-----

Acrescentou que estará em estudo alteração à tabela salarial dos dirigentes e que nessa altura poderá existir aumento, contudo de momento garantiu não existir aumento de despesa nesta área.-----

O Sr. Eng.º Afonso da Silva Almeida referiu entender se for o caso de haver um aumento emanado do Governo. Ficam contentes se os funcionários públicos forem aumentados pois é sintoma que o País está melhor. Mas não se estão a reportar a isso. Se mantém a posição de que não há agravamento de custo em relação aos anteriores, votarão favoravelmente. Daqui a um ano se não for antes e se tal não acontecer vão chamar a atenção para isso.-----

O Sr. Presidente da Câmara solicitou autorização para conceção da palavra ao Sr. Dr. Rui Valente, Chefe em regime de substituição da Divisão Administrativa e Financeira, para esclarecimento desta matéria.-----

Após autorização pelo Sr. Presidente da Assembleia, usou da palavra o Sr.

Dr. Rui Valente referindo que nos Executivos anteriores sempre foram atribuídos aos Dirigentes os abonos para as despesas de representação, após autorização do Órgão Deliberativo, desde que assim a lei o exigiu (2012), uma vez que

anteriormente era competência do Órgão Executivo. O mesmo era atribuído em termos individuais às chefias e dependia o valor do número de chefes existentes. No anterior mandato eram sete chefias a receber esse abono, de momento a proposta é para cinco dirigentes, existindo uma diminuição de sete para cinco.-----
A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e sete membros presentes, aprovar a atribuição de abono para as despesas de representação aos titulares dos cargos de direção intermédia de 2.º grau (Chefes de Divisão) e ao Chefe da Equipa Multidisciplinar, nos exatos termos e condições da proposta da Câmara Municipal.-----

Declaração de voto dos Membros da Assembleia que integram a bancada do

CDS/PP, transmitida pelo Sr. Albano Oliveira Braga: “Os membros da Assembleia Municipal, em representação do CDS/PP, votam favoravelmente a "Atribuição das despesas de representação dos dirigentes", por considerarem que o atual executivo é merecedor da nossa confiança e, tendo também em conta, que a reestruturação recentemente aprovada será, estamos certos, uma mais valia para o desenvolvimento do nosso concelho.-----

No entanto, acompanharemos com acuidade e imparcialidade a qualidade do trabalho a desenvolver no futuro em cada área de gestão da autarquia, solicitando ao executivo, a cada momento, os elementos necessários à sua avaliação.-----

No futuro poderemos, no todo e/ou em parte, alterar o nosso sentido de voto conforme a avaliação que seja feita a cada momento, no que diz respeito a cada área de gestão da autarquia.”-----

17. NOMEAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 77.º DA LEI 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO:

Presente deliberação da Câmara Municipal de nove de setembro de dois mil e catorze, propondo à Assembleia Municipal a nomeação do revisor oficial de contas –

2014.09.30

Esteves, Pinho & Associados, SROC, nos termos do Relatório Final apresentado pelo Júri do Procedimento.-----

Concedida a palavra ao Sr. Dr. António Alberto Almeida de Matos Gomes

referiu que esta nomeação decorre da lei, nos termos da informação já disponibilizada, sendo da competência da Assembleia Municipal. Tendo terminado o concurso do anterior auditor há necessidade de nomear um novo auditor para o próximo triénio.-----

O Sr. Dr. José António Abrantes Soares de Almeida referiu que não se irá pronunciar-se sobre a sociedade que é proposta até porque não a conhece e existem centenas de Revisores oficiais de contas no País que têm de ser competentes e cumprir com a maior profundidade o código deontológico que lhe está cometido. Saudou esta alteração não que o trabalho da anterior Sociedade não tenha sido competente, mas sim por achar que não era saudável que essa Sociedade de Revisores de Contas fosse também responsável pela revisão de contas de um grupo de empresas que era um dos principais fornecedores da Câmara, envolvido em muitos concursos e que desenvolveu muito trabalho para a Câmara e que era ainda seu parceiro numa parceria público-privada. Não significa isto que não tenham cumprido bem a sua função e com independência, mas poderia haver um conflito de interesses e não dava a garantia de independência que é fundamental numa entidade de fiscalização, seja de uma entidade pública seja de uma sociedade.-----

Interveio o Sr. Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho referindo corroborar das palavras do Sr. Dr. José Soares e esperando que este seja melhor.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e sete membros presentes, nomear Esteves, Pinho & Associados, SROC, como Revisor Oficial de Contas, nos termos e fundamentos da proposta da Câmara Municipal.-----

18. APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA SESSÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a minuta da ata da presente sessão.-----

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO DE HARMONIA COM O NÚMERO 1 DO ARTIGO 49.º, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO: Não se registaram intervenções por não haver público inscrito.-----

Neste momento, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, porque havia prometido um tempo de intervenção ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, concedeu-lhe a palavra, tendo este referido que no âmbito do PROVERE surgiu a possibilidade de apresentar ainda ao anterior Quadro Comunitário de Apoio duas candidaturas. Uma é referente a uma ação imaterial que tem que ver com as Marchas de Santo António e a outra é uma intervenção na Sra. da Saúde, em cerca de metade da via e na envolvente ao Parque da Senhora da Saúde, o que permitiria recuperar, embelezar e valorizar aquele espaço. Pode acontecer que tenham, em situação extrema, e se entenderem que o benefício for claramente superior ao encargo com a convocação de uma assembleia extraordinária, irá solicitar isso ao Sr. Presidente da Assembleia, para debaterem esses dois pontos. Deixa os Membros da Assembleia de sobre-aviso. Trata-se de financiamentos na ordem dos 85%. Informou que estão a trabalhar em parceria com a Irmandade da Sra. da Saúde para esse investimento na envolvente no Parque da Senhora da Saúde.-----

O Sr. Dr. Carlos Alberto Sousa Matos solicitou esclarecimento quanto à intervenção do Sr. Presidente da Câmara ter sido proferida ao abrigo de que ponto da ordem de trabalhos.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que lhe foi concedida oportunidade de prestar uma explicação, uma vez que lhe tinha cortado a palavra quando este estava a introduzir assuntos num ponto que entendeu tinha a discussão esgotada.-----

2014.09.30

Perguntou de novo se haveria algum cidadão com interesse em usar da palavra.--

O Sr. Eng.º Afonso Almeida pediu a palavra.-----

O Sr. Presidente da Assembleia referiu que havendo um Período de Antes da Ordem do Dia em que um membro da Assembleia tem a possibilidade de tocar em qualquer assunto, e que depois na altura do período de intervenção do público quer passar para o público entende que tal atitude baixa o nível desta assembleia. Se quer tocar nalgum assunto pode pedir a alguém do público para o fazer. Se durante uma parte dos trabalhos é reconhecido como Membro da Assembleia e depois passar para trás dizendo que é Público, isso não dignifica, não eleva a Assembleia.-----

O Sr. Eng.º Afonso da Silva Almeida esclareceu que não pretende intervir como público. Disse ter ficado contente com esta sessão uma vez que recebeu alguns ensinamentos e formação de coisas que nada tem a ver com a Assembleia.-----

Referiu que quer deixar uma sugestão como Membro da Assembleia e que deixou essa sugestão para o fim porque quando a sessão começou não tinha dados para a dar. Sugeriu que as próximas sessões, particularmente no inverno, comecem mais cedo, por entender que as mesmas não obstante algumas discussões mais acesas que existem, deverão ser para caras alegres e bem dispostas, que venham cá com vontade de servir a comunidade. Acrescentou que olhando para os presentes, alguns não estão já com o semblante que tinham inicialmente.-----

O Sr. Presidente da Assembleia disse ter já equacionado, por respeito para com o contribuinte de Vale de Cambra, que a Assembleia decorresse durante a hora de trabalho. Se quiserem ser tão corretos e exímios na análise das situações, abre essa possibilidade, até porque são aspetos estruturantes, devem todos estar de acordo e dignificar o comportamento da assembleia dentro de princípios com os quais estão todos de acordo. Se os Membros da Assembleia recebem uma senha por estarem presentes, levando ao extremo pelo respeito pelo contribuinte,

2014.09.30

aquilo que deveria acontecer é que a Assembleia deveria decorrer no horário de trabalho. Aceita que a sessão tenha lugar mais cedo, só não tomou essa posição por não saber se ao convocar para uma hora mais cedo não se colocaria o problema da possibilidade das pessoas participarem. -----

Pedi aos membros da Assembleia, como seus pares, que fizessem chegar as suas posições sobre o horário de funcionamento da assembleia, para de uma forma estruturada poderem apresentar diante dos cidadãos, diante de quem lhes paga para ali estar e que os elegeram para as representar, terem um discurso coerente.-----

No uso da palavra o Sr. Eng.º Afonso da Silva Almeida referiu que começar a Assembleia uma hora mais cedo não será assim tão grave. Fazendo jus ao respeito pelo cidadão, posição com a qual concorda, também têm de o respeitar no horário porque para o cidadão que trabalha a única possibilidade de usar da palavra nesta sessão seria às onze da noite, o que não é muito cortez porque amanhã têm um dia de trabalho pela frente.-----

Retomando a palavra o Sr. Presidente da Assembleia referiu que esse é o problema. Pelo que apelou novamente que façam chegar aos serviços administrativos qual a sua posição sobre o horário, uma vez que está preocupado com o quórum na sessão.-----

Interveio o Sr. Carlos Manuel Almeida Dias, Presidente da Junta de Freguesia de Arões, referindo que convocar uma assembleia a pedido do Executivo, é da inteira responsabilidade e da competência do Presidente da Assembleia, quanto ao dia e hora que pretender. Não tem de perguntar aos Membros da Assembleia se querem vir. Deve estar previsto no Regimento e na Lei, é uma competência exclusiva do Presidente da Assembleia.-----

